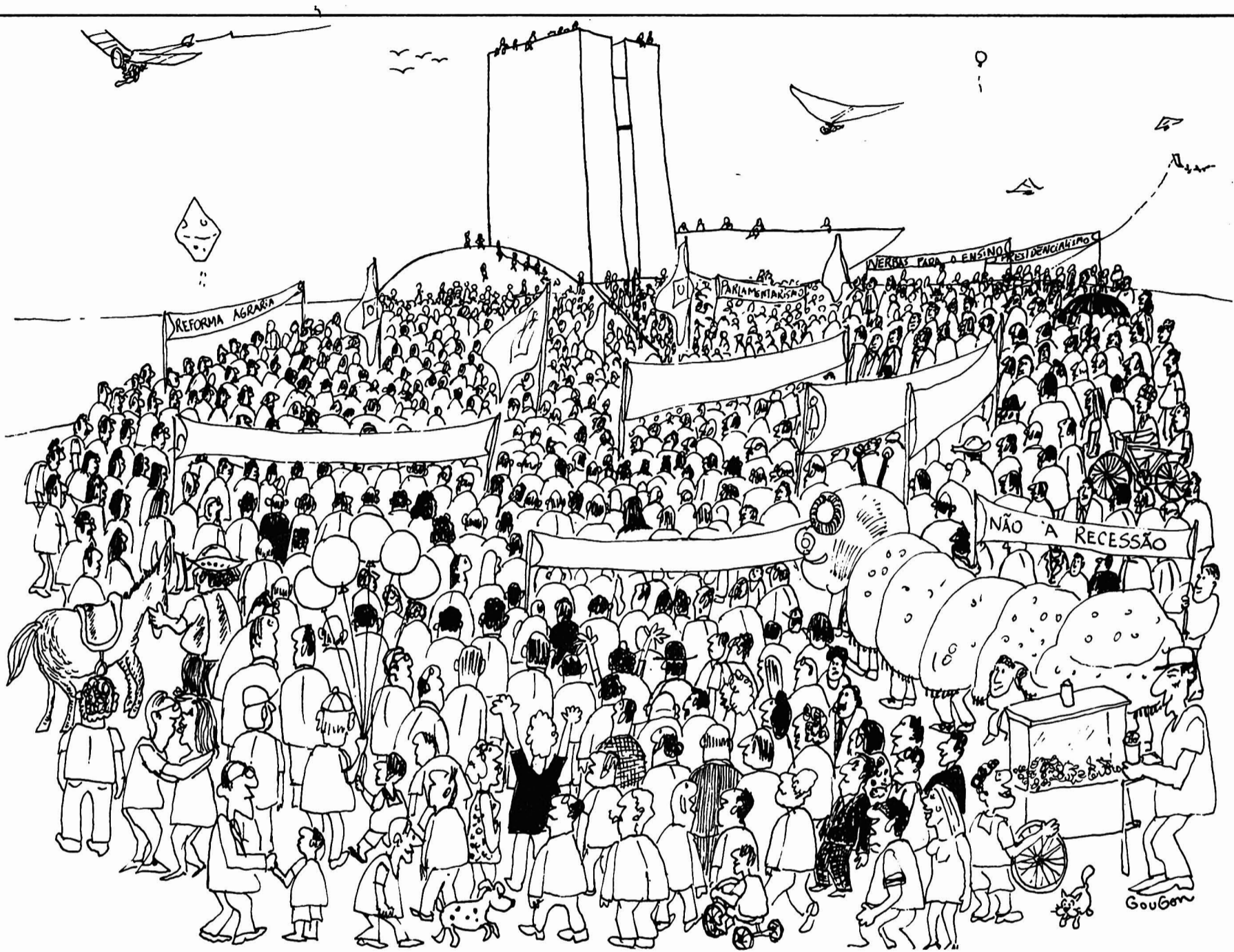


Jornal da Constituinte

PORTE PAGO
DR — BSB
ISR-47-331/86

Órgão de divulgação das atividades da Assembléia Nacional Constituinte

Brasília, 1 a 7 de junho de 1987 — Nº 1



ESTA CARTA É NOSSA!

A Assembléia Nacional Constituinte como um todo não tem qualquer queixa da cobertura que vem recebendo de seus trabalhos na imprensa. Muito pelo contrário: tudo o que aqui acontece de importante é noticiado com destaque nos diversos meios de comunicação de todo o País. Tudo é debatido e analisado até à minúcia. Então, por que o *Jornal da Constituinte*, um veículo semanal de informação editado sob a responsabilidade da própria ANC? Exatamente por não se inserir numa economia de mercado, competitiva por si mesmo, esse jornal não disputará espaço com a imprensa: ele pretende ser um veículo complementar, onde o povo — o jornal é direcionado aos mais diferen-

tes segmentos da sociedade — possa ter uma visão acessória do que acontece na Constituinte. Tentaremos, cumprindo dispositivo do próprio Regimento da ANC, informar à margem das correntes de opinião já formadas, mostrar os serviços à disposição de quem deseja se dirigir à Assembléia e, sobretudo, prestar contas do trabalho realizado pelos constituintes em nome do povo. É mais um canal de comunicação com a sociedade, neste momento histórico em que todos os brasileiros escrevem uma carta a si mesmos, na esperança de serem melhor compreendidos e de construírem um destino mais promissor para o seu país.



O Presidente da Assembléia Nacional Constituinte, Ulysses Guimarães, avalia os trabalhos até aqui e ressalta a importância da transição para a democracia plena. (Pág. 2)

O Menor Abandonado e a nova Constituição

Págs. 8 e 9

Chega a Primeira

Emenda Popular

Pág. 15

Qual o Melhor Sistema de Governo

Pág. 3

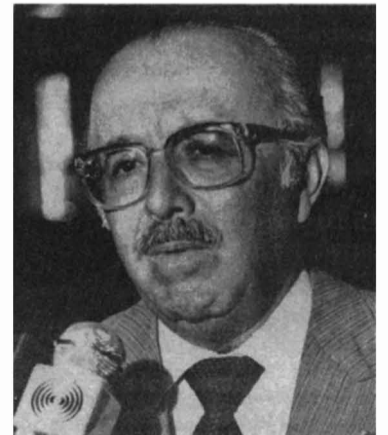
Os Partidos e a

Função dos Militares

Págs. 12 e 13

Comissões Págs. 6, 7, 8

Correio Braziliense/Gilberto Alves



Humberto Lucena, Presidente do Senado e do Congresso, diz que o importante "é fazer uma carta progressista, que atenda aos anseios do povo" (Pág. 2).

CARTAS AO ELEITOR

MUTIRÃO PARA CONSTRUIR

EM NOME DO POVO

Constituinte Ulysses Guimarães
Presidente da Assembléia Nacional Constituinte

Constituinte Humberto Lucena
Presidente do Congresso Nacional

O **Jornal da Constituinte** começa sua marcha. Percorrerá gabinetes, sindicatos, fábricas, empresas, universidades, igrejas. Será lido nos ônibus e nos trens de subúrbios.

Já que você não pode ir ao Congresso, em Brasília, a Constituinte chega a você.

A Constituinte quer ser fiscalizada, quer sua participação.

Este jornal é o testemunho disso. Seu objetivo é provocar a crítica, é um convite à integração, além de relato do que se faz na construção da futura Constituição.

Você é fiscal e condômino da Constituinte. Faça sua parte, para que não seja, no futuro, réu por omissão. Sem você a Constituinte será dos outros, que podem explorar e ignorar você.

A Constituinte está trabalhando para valer, inclusive aos sábados, domingos, feriados, até de madrugada. Verifique os números:

— Data de instalação das Subcomissões	11 de abril de 1987
— Término dos trabalhos das Subcomissões .	25 de maio de 1987
— Total de sugestões apresentadas	10.640
— Total de emendas apresentadas nas Subcomissões	6.420
— Total de proposições examinadas	17.060
— Total de horas de gravação nas Subcomissões	523
— Total de audiências públicas	182
— Número de sessões até 29 de maio	74
— Pronunciamentos:	
● Pequeno Expediente	1.787
● Comunicações de Liderança	481
● Matéria Constitucional	106
● Relatórios	24
● Anteprojetos nas Subcomissões	24

Está provado que a Constituinte está trabalhando.

Você, como eu, poderá discordar de algumas decisões tomadas até agora e suscetíveis de reformulação em votações posteriores. Democracia é isso mesmo. Não é o regime em que as decisões contentam a todos, mas todos podem participar, discordar, reformular e, principalmente, fiscalizar.

A Constituinte é feita para constituir. Constituir seu salário, sua saúde, sua educação, sua casa, seu transporte, sua vida enfim. Constituir na Constituição e nas leis que ela ordenará que sejam feitas. Não se interessar pela Constituinte é não se interessar pela vida, sua, de sua mulher, de seus filhos.

Este jornal quer diálogo e não monólogo. Espera resposta, aguarda retorno. Você não pode ficar mudo. Leia, passe adiante, debata.

A Constituinte é de todos, para beneficiar a todos. Você está convidado para esse mutirão.

É o mutirão para construir a casa do Brasil. Governada pela justiça social, para que não seja o gueto amaldiçoado da miséria.

Participe. Traga seu tijolo.

A Assembléia Nacional Constituinte acaba de vencer a primeira etapa da tarefa que lhe foi deferida pelo povo, com um saldo extremamente positivo, sob todos os aspectos. Dessa etapa resultaram os Anteprojetos das diferentes Subcomissões, estruturados a partir das sugestões dos Senadores e Deputados, mas igualmente baseados nas manifestações populares.

Por essa primeira fase já é possível antever um esboço da futura Carta do País, construído pelo trabalho dos Constituintes, dedicados, então, às reuniões e aos debates das Subcomissões e, agora, voltados para as etapas seguintes, no âmbito das Comissões Temáticas e, a seguir, da Comissão de Sistematização.

Em parte, os textos oferecidos resultaram das contribuições da sociedade civil, que se fez presente às reuniões de audiência pública programadas exatamente com o intuito de abrir ao povo meios de participar da redação da Carta.

A Nação, dessa forma, pôde acompanhar de perto e com admirável interesse esse trabalho inicial, expondo aos Constituintes seus pontos de vista e suas mais caras aspirações. E à Assembléia Nacional Constituinte coube interpretar esse pensamento, de forma democrática, inclusive com a apresentação de emendas às versões preliminares dos Anteprojetos.

Esse grande interesse, até certo ponto inusitado, deve-se evidentemente à grande expectativa existente em torno da futura Constituição.

Já se disse, e eu próprio afirmei em diversas oportunidades, que a Constituição a ser promulgada até o final do ano não vai afastar, como num passe de mágica, os graves problemas que se opõem ao desenvolvimento brasileiro e à reparação das desigualdades de todos conhecidos.

Mas, como é notório, estamos diante do mais significativo marco para a consolidação em definitivo das instituições democráticas. A Carta Magna vai imprimir ao País as linhas da única via adequada ao equacionamento, em comum com as nossas populações, do modelo institucional exigido ao longo desses últimos anos. Essa via é inegavelmente a Democracia, que haverá de assegurar a estabilidade buscada pelo País.

A tramitação dos trabalhos de ordenação do texto constitucional permanece aberta aos brasileiros, de qualquer ponto do território, tanto que, nas etapas ainda por vencer, continuam franqueados os canais para que o povo dê sua opinião e as sugestões para o exame final no plenário da Constituinte.

O esforço da nacionalidade, como se nota, não está sendo em vão. Nós, Constituintes, que temos o dever de bem cumprir a delegação expressa pelo voto, estamos atentos para que, em nenhuma hipótese, essa dedicação possa ser distorcida.

O compromisso que assumimos com o povo é o de redigir uma Carta de fato progressista. E tudo indica que assim haverá de ser, inclusive pela continuidade do empenho direto dos Constituintes e pela absorção das contribuições de quaisquer setores da vida nacional, desde que a Constituinte foi convocada para atuar em favor dos brasileiros.

As desigualdades regionais são gritantes e precisam de ajustes urgentes, até mesmo em nome do princípio federativo e em respeito ao clamor popular. E por isso haveremos de indicar as grandes linhas de acesso às reformas de base, como também temos a certeza de que o equilíbrio entre os Poderes será restaurado.

O Legislativo, pelas versões preliminares do futuro texto, voltará a ser um Poder em condições, paralelamente ao Executivo e ao Judiciário, de imprimir as normas garantidoras do bem-estar, fiscalizando, além disso, o exato cumprimento das tarefas governamentais.

O documento em elaboração não está indiferente a essas graves responsabilidades, como sabe a Nação e como temos nós, em Brasília, na Constituinte, a consciência nítida da importância deste momento. Votaremos, em nome desse propósito, o instrumento institucional mais coerente com os reclamos do povo, razão principal do nosso esforço e da dedicação com que o País acompanha nossa trajetória.

EXPEDIENTE

JORNAL DA CONSTITUINTE — Veículo semanal editado sob a responsabilidade da Mesa Diretora da Assembléia Nacional Constituinte.

MESA DA ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE:
Presidente: — Ulysses Guimarães; 1º-Vice-Presidente — Mauro Benevides; 2º-Vice-Presidente — Jorge Arbage; 1º-Secretário — Marcelo Cordeiro; 2º-Secretário — Mário Maia; 3º-Secretário — Arnaldo Faria de Sá. Suplentes: Benedita da Silva, Luis Soyer e Sotero Cunha.

APOIO ADMINISTRATIVO:

Secretário-Geral da Mesa — Paulo Affonso Martins de Oliveira
Subsecretário-Geral da Mesa — Nerione Alves Cardoso
Diretor-Geral da Câmara — Ademar Silveira Sabino
Diretor-Geral do Senado — José Passos Pôrto

Produzido pelo Serviço de Divulgação da Assembléia Nacional Constituinte.

Diretor Responsável — Marcelo Cordeiro
Editores — Alfredo Obliziner e Manoel Vilela de Magalhães
Coordenador — Daniel Machado da Costa e Silva
Secretário de Redação — Ronaldo Paixão Ribeiro
Chefe de Redação — Osvaldo Vaz Morgado
Chefe de Reportagem — Victor Eduardo Barrie Knapp
Chefe de Fotografia — Dalton Eduardo Dalla Costa
Diagramação — Felipe Queiroz de Carvalho e Gaetano Ré

EQUIPE:

Maria Valdira Bezerra, Henry Binder, Carmen Vergara, Ana Beatriz Mendes Cleto, Regina Moreira Suzuki, Juarez Pires da Silva, Maria de Fátima J. Leite, Ana Maria Moura da Silva, Júlio César Roffé, Antônio Lopes Batista, Vladimir

Meireles de Almeida, Maria Aparecida C. Versiani, May Wolf, Marco Antônio Caetano, Maria Romilda Vieira Bomfim, João José de Castro Júnior, Eurico Schwinder, Itelvina Alves da Costa, Luiz Carlos R. Linhares, Reinaldo L. Stavalle, Benedita Rodrigues dos Passos, Humberto Moreira da S. M. Pereira, Miguel Caldas Ferreira, Clóvis Senna, Paulo Roberto Cardoso Miranda, Eduardo Augusto Lopes e Nelson Maranhão Neto.

Composto e impresso pelo Centro Gráfico do Senado Federal — CEGRAF

REDAÇÃO: CÂMARA DOS DEPUTADOS — ADIRP

— 70.160 — Brasília — DF — Fone: 224-1569

— Distribuição gratuita

CONSTITUINTE QUER POVO NO DEBATE SOBRE O NOVO REGIME

A Assembléia Nacional Constituinte vai abrir um amplo debate sobre o sistema de governo a ser adotado no País. O Presidente da Constituinte, Deputado Ulysses Guimarães (PMDB — SP), entende que o sistema de governo é a questão central da futura Constituição e sua definição terá importância política fundamental, posto que, se o governo dela resultante resolver os problemas do País, estarão atendidas as grandes expectativas do povo brasileiro.

No debate nacional a ser deflagrado, a Constituinte deverá utilizar todos os mecanismos de divulgação disponíveis; co-

mo rádio, televisão, meios impressos e outros, informou o Deputado Jorge Hage (PMDB — BA), autor da proposta de ampliação do debate a todos os setores populares. Hage disse que o Presidente Ulysses vai colocar todos os espaços na mídia à disposição deste debate. Acredita porém ser necessário extrapolar estes espaços já consagrados e ir além, promovendo seminários, cursos e até comícios, se possível, a serviço do esclarecimento da população brasileira.

A decisão de provocar um debate popular sobre os sistemas de governo foi tomada em função de as

pesquisas disponíveis mostrarem que 80% da população desconhecem a diferença entre o presidencialismo e o parlamentarismo, que são os dois sistemas efetivamente possíveis de serem adotados no Brasil, informou Jorge Hage, ao acentuar que a campanha visa instruir a população, de maneira clara, transparente, equilibrada e isenta, sobre as características básicas do sistema presidencialista e do sistema parlamentarista, em suas acepções conceituais puras e, paralelamente, em suas gradações, nuances e combinações várias, fundadas nos argumentos básicos dos respectivos defensores.

Medo de caos na Administração

Defensor intransigente do sistema presidencialista, o Líder do PDS, Senador Jarbas Passarinho, critica a tentativa de estabelecer no Brasil o que ele classifica de "parlamentarismo de conveniência", que "iria provocar a desorganização administrativa e até mesmo política, criando, em decorrência, as condições para as crises que se pretende evitar com a inovação".

Ele entende que não há uma convicção parlamentarista amadurecida na maioria dos "cristãos-novos"



que passaram a defender essa alternativa. Afirma que apenas dois pontos são comuns a todos os defensores do parlamentarismo, o medo de um novo golpe militar e a tentativa de reduzir o poder do Presidente Sarney, que ainda não foi absolvido do "pecado de ter sido Presidente do PDS e nem absorvido como

militante de confiança do PMDB". Todos os demais argumentos visam apenas a "enfeitar o Pavão".

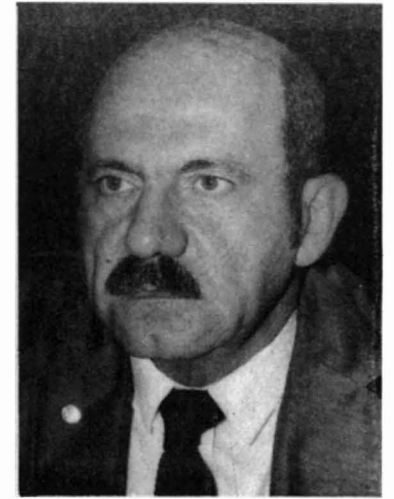
Jarbas Passarinho considera mais fácil corrigir os erros do presidencialismo do que instituir o parlamentarismo. Essa correção se faria com a retirada do "poder imperial" do Presidente, existente hoje, com a eliminação do poder indiscriminado de editar decretos-leis; com a redução do poder de veto e a fixação de maioria simples e voto secreto para derrubada do veto presidencial, combinados com o aumento do poder do Congresso.

Os argumentos de que o presidencialismo é gerador de crise e estimulador de golpes de Estado são considerados "falaciosos" pelo Senador. "O parlamentarismo" — disse — "é estável apenas nos países saxônicos". Não podemos dizer o mesmo, por exemplo, da Itália, Portugal e Espanha. Se na Suécia os governos já chegaram a durar 40 anos, na Itália dura meses.

"É bom lembrar ainda" — insiste o Senador — "que no Brasil uma crise no governo parlamentarista foi responsável pela queda do império e o nascimento da República. Na França, em pleno sistema parlamentarista, o golpe em Argel levou a uma mudança constitucional com o estabelecimento de eleições diretas para Presidente, como única forma de o Presidente De Gaulle permanecer no poder".

"Não temos uma burocracia profissional para fazer a administração funcionar com o governo em crise e não temos boa tradição parlamentarista. Aqui, quando se troca ministro, troca-se também o secretário-geral, o contínuo e até o ascensorista. Nada indica que o parlamentarismo mudaria isto. Nada indica que isto se altere com a simples mudança do sistema de governo. Quanto ao medo do golpe de Estado, esta é uma coisa que não pode ser evitada pela Constituição, mas apenas com o desenvolvimento da sociedade e a conquista de maior complexidade do tecido social", concluiu o Senador.

SISTEMA PARLAMENTAR COMO OPÇÃO PARA EVITAR NOVAS CRISES



A instituição do sistema parlamentarista de governo é o melhor caminho para resolver problemas graves e centenários do País, como as sucessivas crises geradas pelo sistema presidencialista, a inconsistência política e ideológica dos partidos e a falta de profissionalização do serviço público. Esta é a posição do Deputado baiano Jorge Hage (PMDB), para quem alegar falta de condições políticas e administrativas para instalação do parlamentarismo é apenas uma tentativa de deter as mudanças reclamadas pela Nação.

Ele admite algumas adaptações ao parlamentarismo clássico, destinadas a adequar o modelo teórico à realidade cultural brasileira, mas é contrário a modificações de essência. Quer uma divisão definida entre as atribuições do Presidente da República, que é o chefe de Estado, e o Primeiro-Ministro, que é o chefe do Governo. O presidencialismo envergonhado, como pretendem alguns — explicou —, serve apenas para atender a problemas conjunturais, favorecer candidatos potenciais ao cargo de Presidente, mas não atende às expectativas do País.

Os problemas conjunturais — na opinião do Deputado baiano — devem ser tratados nas disposições transitórias da futura Constituição. Não devem macular a parte que se pretende perene ou pelo menos longamente duradoura. Fazer o contrário seria desmoralizar a tese do parlamentarismo, comprometendo irremediavelmente o futuro democrático do País. Ambições presidenciais, embora legítimas, não podem macular o modelo permanente de nossa Constituição.

No modelo parlamentarista imaginado pelo Deputado Jorge Hage, o Presidente da República não tem o poder de exonerar o Primeiro-Ministro, por iniciativa pessoal. Só o Parlamento, através do voto de desconfiança, terá essa prerrogativa. Deve ser mantida a eleição direta do Presidente da República, mas eliminada a figura do Vice, que no País sempre significou véspera de crise. As fórmulas pretensamente espertas de manutenção de um presidencialismo envergonhado são fatores geradores de crises por tentarem combinar parte dos dois sistemas, eliminando características essenciais de cada um.

O parlamentarismo tem o poder, na opinião do representante baiano, de livrar o País do primeiro grande mal que o assola há séculos: as crises recidivas de autoritarismo e ditaduras. E também de anular o populismo e a demagogia, reduzindo o poder de persuasão de figuras carismáticas sobre o povo. O poder será exercido pelo Primeiro-Ministro, que terá de negociar sua indicação no Parlamento, onde a demagogia e o carisma têm menor poder de convencimento.

Adicionalmente, o parlamentarismo forçará uma grande conquista a nível de administração pública. Até por impossibilidade prática de substituir todos ou contratar milhares de funcionários a cada gabinete que assume o poder, terá de haver quadros de carreira para o serviço público, onde o ingresso se fará por concurso, e a burocracia terá que ser profissional e eficiente, capaz de conduzir a administração independente de eventuais crises políticas.

SUBCOMISSOES DA CONSTITUINTE

NACIONALIDADE E SOBERANIA



A Subcomissão da Nacionalidade, da Soberania e das Relações Internacionais, presidida pelo Deputado Roberto D'Ávila (PDT — RJ) e tendo como relator o Deputado João Herrmann Neto (PMDB — SP), ouve opiniões do Secretário-Geral do Itamarati, Paulo de Tarso Flexa de Lima(e), sobre a política externa a ser adotada pela futura Constituição.

A Subcomissão propôs que seja do Congresso Nacional a prerrogativa de resolver sobre contratos de captação de recursos financeiros, no mercado internacional, celebrados pelos órgãos da administração direta, indireta, federal, estadual ou municipal.

TRABALHADORES E SERVIDORES



Deputados Mário Lima (PMDB — BA) e Geraldo Campos (PMDB — DF), respectivamente relator e presidente da Subcomissão dos Direitos dos Trabalhadores e Servidores Públicos, e Bernardo Cabral (PMDB — AM), relator da Comissão de Sistematização(d), ouvem depoimento do Ministro Almir Pazzianotto (ao centro) sobre modificações necessárias à legislação trabalhista, destacadamente o direito de greve e estabilidade desde a admissão do empregado na empresa.

TRIBUTOS E RECURSOS



O Secretário da Receita Federal, Guilherme Quintanilha(d) defende na Subcomissão de Tributos, Participação e Distribuição das Receitas, presidida pelo Deputado Benito Gama (PFL — BA) e tendo como relator o Deputado Fernando Bezerra Coelho (PMDB — PE), melhor distribuição social para o Imposto de Renda.

A proposta de anteprojeto do relator preconizou o fim do empréstimo compulsório, como meio de enxugar o poder aquisitivo da população.

SAÚDE E MEIO AMBIENTE



Reunião da Subcomissão de Saúde, Segurança e do Meio Ambiente, sob a presidência do Constituinte José Elias Murad (PTB — MG), ladeado pelos Constituintes Fábio Feldmann (PMDB — SP) e Maria de Lourdes Abadia (PFL — DF), respectivamente primeiro e segunda vice-presidentes. O relator foi o Constituinte Carlos Mosconi (PMDB — MG), cujo anteprojeto contém teses fundamentais que poderão refletir imediatamente na qualidade de vida dos brasileiros, como, por exemplo, a proibição da propaganda de cigarros, bebidas alcoólicas e remédios.

CIÊNCIA E COMUNICAÇÃO



A Subcomissão da Ciência e Tecnologia e da Comunicação, em reunião presidida pelo Deputado Onofre Corrêa (PMDB — MA), assiste a depoimento da Dr^a Sara Mariany Kauter, da Associação dos Laboratórios Nacionais, ao lado da relatora, Deputada Cristina Tavares (PMDB — PE).

O tema mais polêmico analisado pela Subcomissão é o da criação do Conselho Nacional de Comunicação, que tem polarizado os debates naquele órgão.

ESTADOS



Na Subcomissão dos Estados, em reunião de 29 de abril de 1987, falou Osny Duarte Pereira, observado pelo relator, o Constituinte Siqueira Campos (PDC — GO). A Subcomissão foi presidida pelo Constituinte Chagas Rodrigues (PMDB — PI).

A Subcomissão alterou seu anteprojeto inicial facilitando a criação de novas unidades da Federação.

MUNICÍPIOS E REGIÕES



Na Subcomissão dos Municípios e Regiões — que teve como relator o Constituinte Aloysio Chaves (PFL — PA) —, o Vereador de Taboão (SP), Paulo Silas, presidente da União dos Vereadores do Brasil, defendendo as prerrogativas das Câmaras Municipais. Ao seu lado, o presidente da Subcomissão, Constituinte Luiz Rodrigues (PMDB — MG).

A Subcomissão quer os municípios como entes federados, a exemplo da União e dos Estados.

GARANTIA DA CONSTITUIÇÃO



A Subcomissão de Garantia da Constituição, Reformas e Emendas ouve depoimento do Ministro da Justiça, Paulo Brossard, assistido pelo líder do PMDB na Constituinte, Senador Mário Covas (SP) (d), e pelos Deputados Fausto Fernandes (PMDB — PA), presidente, e à esquerda da foto, Nelton Friedrich (PMDB — PR), relator.

A criação do Tribunal Constitucional foi aprovada no relatório da Subcomissão.

PODER LEGISLATIVO



O Professor Miguel Reale(e) defende na Subcomissão do Poder Legislativo, presidida pelo Deputado Bocayuva Cunha (PDT — RJ) e tendo como relator o Deputado José Jorge (PFL — PE), sistema de governo "semipresidencialista". Além dos debates sobre as formas de governo, a Subcomissão revelou grande preocupação com a restauração das prerrogativas do Congresso Nacional.

DIREITOS INDIVIDUAIS



Na Subcomissão dos Direitos e Garantias Individuais, sob a presidência do Constituinte Antonio Mariz (PMDB — PB), o Presidente do Conselho Federal da OAB, Márcio Thomaz Borges, defendeu uma Constituição moderna e democrática. O Relator da Subcomissão foi o Constituinte Darcy Pozza (PDS — RS), que defendeu a formação da Defensoria do Povo para zelar pelo efetivo respeito aos poderes do Estado e aos direitos e garantias assegurados na Constituição.

MINORIAS



Ao lado do relator da Subcomissão dos Negros, Populações Indígenas, Pessoas Deficientes e Minorias, Deputado Alcení Guerra (PFL — PR), o Deputado Ivo Lech (PMDB — RS), à esquerda na foto, preside a uma das sessões daquela subcomissão.

A Comissão aprovou relatório em que a discriminação será punida como crime inafiançável.

SISTEMA FINANCEIRO



O Presidente do Banco do Brasil, Camilo Calazans, e o Presidente da Caixa Econômica Federal, Marcos Freire, ofereceram várias contribuições à Subcomissão do Sistema Financeiro, presidida pelo Deputado Cid Carvalho (PMDB — MA) e tendo como relator o Deputado Fernando Gasparian (PMDB — SP).

A proibição do funcionamento dos bancos estrangeiros comerciais no País foi mantida no relatório preliminar do Deputado Fernando Gasparian.

PODER EXECUTIVO



O jurista Miguel Seabre Fagundes (D), na Subcomissão do Poder Executivo, presidida pelo deputado Vivaldo Barbosa (PDT — RJ) e tendo como relator o senador José Fogaça (PMDB — RS), defende a adoção de um parlamentarismo adequado à realidade brasileira ou um presidencialismo modificado.

O anteprojeto inclinou-se pelo chamado neoparlamentarismo, no qual o Congresso Nacional passa a participar do Governo, aprovando e destituindo ministros, embora o presidente da República mantenha várias de suas prerrogativas.

FAMÍLIA E MENOR



Aspecto de reunião da Subcomissão da Família, do Menor e do Idoso, sob a presidência do constituinte Nelson Aguiar (PMDB — ES) e que teve na função de relator o constituinte Eraldo Tinoco (PFL — BA).

Em debate, principalmente, o aborto e o reconhecimento da família, mesmo fora do casamento, mediante união estável entre homem e mulher.

DEFESA DO ESTADO



Reunião da Subcomissão de Defesa do Estado, da Sociedade e de sua Segurança, presidida pelo constituinte José Tavares (PMDB — PR), tendo como relator o constituinte Ricardo Fiúza (PFL — PE). Em discussão, a proposta para criação do Ministério da Defesa, a extinção do Conselho de Segurança Nacional e a limitação da atuação das Forças Armadas aos casos de agressão externa. O anteprojeto, entretanto, não introduziu tais modificações em seu texto.

PRINCÍPIOS GERAIS



Sob a presidência do constituinte Delfim Netto (PDS — SP), funcionou a Subcomissão de Princípios Gerais, Intervenção do Estado, Regime da Propriedade do Subsolo e Atividade Econômica; à direita está o primeiro-vice-presidente do órgão, constituinte Afif Domingos (PL — SP). O Relator da Subcomissão foi o constituinte Virgildásio de Senna (PMDB — BA).

O anteprojeto da Subcomissão restringe o monopólio estatal à pesquisa e lavra do petróleo e à pesquisa, lavra e enriquecimento de minérios nucleares.

QUESTÃO URBANA



Subcomissão da Questão Urbana e Transportes, presidida pelo constituinte Dirceu Carneiro (PMDB — SC), tendo como relator o constituinte José Ulisses de Oliveira (PMDB — MG).

O anteprojeto da Subcomissão fixou em cinco anos, ininterruptos, a usucapião para imóveis de até 250 metros quadrados de área.

SISTEMA ELEITORAL



Reunião da Subcomissão do Sistema Eleitoral e Partidos Políticos, tendo como presidente o constituinte Israel Pinheiro (PMDB — MG) e como relator o parlamentar Francisco Rossi (PTB — SP).

A reeleição para cargos do Poder Executivo e a redução do mandato dos senadores para quatro anos foram rejeitadas.

REFORMA AGRÁRIA



O constituinte Edison Lobão (PFL — MA), presidindo a Subcomissão da Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária; ao seu lado, o primeiro-vice-presidente da Subcomissão, constituinte Rachid Saldanha Derzi (PMDB — MS). Os trabalhos do órgão foram relatados pelo constituinte Oswaldo Lima Filho (PMDB — PE), que por ferir temas extremamente polêmicos em sua proposta de anteprojeto provocou dissidências, motivando a apresentação de substitutivo. Neste, a garantia do direito de propriedade de imóvel rural, desde que observada sua função social.

EDUCAÇÃO E CULTURA



O deputado Hermes Zaneti (PMDB — RS) preside reunião da Subcomissão da Educação, Cultura e Esportes, que tem como relator o senador João Calmon (PMDB — ES). À direita o primeiro-vice-presidente da Subcomissão, deputado Aécio de Borba (PDS — CE).

O repasse de recursos públicos para escolas privadas foi rejeitado no parecer do relator João Calmon.

UNIÃO



O secretário especial de Defesa Civil, general Roberto Pinheiro Klein, quando falava à Subcomissão da União, Distrito Federal e Territórios, tendo ao lado o presidente do órgão, constituinte Jofran Frejat (PFL — DF). O relator da Subcomissão foi o constituinte Sigmaringa Seixas (PMDB — DF).

O anteprojeto da Subcomissão prevê eleições diretas para governador do Distrito Federal em novembro de 1988.

ORÇAMENTO



Ouvido pela Subcomissão de Orçamento e Fiscalização Financeira, presidida pelo deputado João Alves (PFL — BA) e tendo como relator José Luiz Maia (PDS — PI) o presidente do Tribunal de Contas da União, o deputado Fernando Gonçalves (E), anuncia a apresentação de proposta daquela Corte.

A Subcomissão rompeu com o princípio da unicidade orçamentária, prevendo, na Constituição, dois orçamentos para o setor público: o da União e o das empresas estatais.

DIREITOS POLÍTICOS



Sob a presidência do constituinte Maurílio Ferreira Lima (PMDB — PE), tendo como relator o constituinte Lysâneas Maciel (PDT — RJ) (E), a Subcomissão dos Direitos Políticos, dos Direitos Coletivos e Garantias ouviu o professor Enio Condotti (D) sobre o "programa nuclear paralelo".

Considerado progressista, o anteprojeto da Subcomissão preconizou 16 anos como idade mínima para o exercício do voto e a liberação do voto dos militares.

JUDICIÁRIO



Na Subcomissão do Poder Judiciário e Ministério Público, o professor Joaquim Calmon Passos (E) preconizou a reforma do Poder Judiciário, tendo a seu lado o relator da Subcomissão, constituinte Plínio Arruda Sampaio (PT — SP). A Subcomissão foi presidida pelo constituinte José Costa (PMDB — AL).

COMISSÕES TEMÁTICAS- O 2º ROUND

Os derrotados na primeira fase brigam agora neste espaço



ORDEM ECONÔMICA

A luta entre os estatizantes e os defensores da livre iniciativa para definir o espaço a ser ocupado pelo Estado na economia, além do que será caracterizado como empresa nacional, vai ocupar o centro dos debates e as preocupações do Relator, Severo Gomes (PMDB — SP).

Matéria não resolvida na Subcomissão, tendo sido aprovado anteprojeto com apenas dois artigos, a Reforma Agrária tem, potencialmente, possibilidades maiores de, num universo ampliado de constituintes, encontrar um caminho de convergência das diversas posições.

Severo Gomes pretende, assim, conversar com os integrantes da Comissão para descobrir o que se pode negociar e até que ponto se poderá avançar. Ele está disposto, inclusive, a convidar professores e economistas de várias universidades brasileiras para o auxiliarem na elaboração do anteprojeto, lembrando que a diversidade dos temas inclui até o problema do meio ambiente.

Outro tema que irá suscitar discussões emerge da questão das desapropriações urbanas, cujo segundo artigo estabelece a prévia e justa indenização em dinheiro ao preço do mercado.



ORDEM SOCIAL

Os trabalhadores e minorias poderão alcançar grandes avanços a partir do anteprojeto que a Comissão da Ordem Social vai examinar. O Relator, Senador Almir Gabriel (PMDB — PA), vai apreciar matéria que pode ensejar grandes mudanças no âmbito social, como, por exemplo, a doação obrigatória de órgãos humanos, após a morte, e a aposentadoria aos 30 anos para os homens e 25 para as mulheres.

A Subcomissão de Saúde, seguridade e meio ambiente produziu um relatório em que consagra: o benefício do salário integral para aposentados e pensionistas. A proibição prática da eutanásia; a responsabilidade do Estado pela cria-

ção de um sistema gratuito para a população, ficando o setor privado como um serviço complementar. O anteprojeto ainda se refere ao meio ambiente como obrigatoriamente equilibrado e um bem público.

Estabilidade

A área trabalhista recebeu um tratamento especial da parte da Subcomissão dos Direitos dos Trabalhadores e Servidores Públicos: jornada de trabalho de 40 horas semanais, além da estabilidade no emprego desde a admissão; rescisão de contrato de trabalho somente por motivo de falta grave, provada na justiça ou durante os primeiros noventa dias de experiência; sindicalismo livre, até para os funcionários públicos, inclusive com direito à greve. Desempregados com direito a um seguro-desemprego, nunca inferior a um salário mínimo.



TRIBUTOS E FINANÇAS

A Constituinte, sozinha, não vai representar um fim em si mesma, uma vez que o trabalho de renovação institucional no Brasil deve vir precedido também de uma legislação ordinária e complementar eficiente. Essa é a opinião do Relator da Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças, Deputado José Serra (PMDB — SP), cuja maior preocupação, pelo que afirmam no âmbito da Comissão, é a de garantir o caminho para que o Brasil tenha um bom sistema tributário.

José Serra não vê assuntos do setor que tenham consenso geral, a não ser a tese generalizante da necessidade de se efetuar uma descentralização ampla da administração pública e dar ao Congresso o poder de controle transparente do Orçamento da União. O parlamentar não vê nenhum dilema na tendência estatizante, que disse identificar entre os constituintes, no sentido de conceder maiores poderes ao Estado. A seu ver, o poder estatal deve ser um suporte para a iniciativa privada, mesmo que atualmente as distorções administrativas venham a sugerir uma reforma global.

Segundo José Serra, sua preocupação essencial como Relator se prende a criar mecanismos que venham definir mais claramente as prioridades das despesas governamentais e o controle anual de seu cumprimento em termos de metas físicas alcançadas. Destacou ainda que seu pensamento está voltado para elaborar uma legislação eficiente que iniba a geração de déficits públicos (talvez impedindo que o Banco Central financie diretamente o tesouro). Também assinalou sua intenção de fazer previsões para que despesas imprevistas do Governo sejam examinadas no seu mérito pelo Congresso.



ORGANIZAÇÃO ELEITORAL

Defensor de um mandato de cinco anos para o Presidente da República, o Relator, Prisco Viana (PMDB — BA), entende que o tema deve ser discutido na Comissão da Organização dos Poderes e Sistema de Governo.

Ele é favorável ao sistema presidencialista, mas quer um Congresso forte. Ao mesmo tempo, Prisco Viana defende a manutenção do atual papel constitucional das Forças Armadas, é contrário à criação do Tribunal Constitucional, pois acha que o Supremo Tribunal Federal está perfeitamente apto a cuidar do respeito à Constituição, prega o distrital misto para o sistema eleitoral, o voto obrigatório e a idade de 18 anos para se votar.

Prisco Viana admite que governadores e instituições tenham o direito de aquisição da inconstitucionalidade. Outro tema polêmico a ser debatido na Comissão é o estado de defesa, que seria decretado antes do estado de sítio, com a função de "preservar ou restabelecer a ordem pública ou a paz social, ameaçadas ou atingidas por calamidades ou perturbações cuja gravidade não exija a decretação do estado de sítio".

Propôs-se, também, para a garantia do cumprimento da Constituição, o mandato de segurança coletivo, a iniciativa popular de leis, o referendo popular, o plebiscito e o defensor do povo. Os militares são alistáveis, exceto os conscritos e será garantido o voto dos analfabetos.



ORGANIZAÇÃO DOS PODERES

O Relator da Comissão, Egídio Ferreira Lima (PMDB — PE), diz que, para o Congresso Nacional, os pontos que despertam maior interesse são: a ampliação do papel fiscalizador do Poder Legislativo; a participação efetiva do Congresso na elaboração da Lei Orçamentária e nos projetos de desenvolvimento; e a participação também na celebração de contratos externos que envolvam o endividamento do País.

Ele acredita que os Decretos-leis terão uma dinâmica mais flexível e democrática, inclusive com a possibilidade de serem emendados. O decurso de prazo

vai-se processar ao contrário, isto é, caso não seja votado no prazo legal, será rejeitado.

Egídio Ferreira Lima vê uma tendência para a adoção de um sistema semiparlamentarista. O importante, afirma, é que não se conclua por um sistema indefinido, que crie conflitos de competência entre o Presidente da República e o primeiro-ministro. Pessoalmente, ele prefere um mandato de 4 anos para o presidente da República, mas não alimenta drama a respeito: "Não se alonga, sem conseqüências danosas, um período de transição. A própria promulgação da Constituição poderá criar um imenso vazio de poder. Concluída a Constituinte, a sociedade, até institutivamente, vai exigir eleições para a Presidência da República." Ele adverte, porém, que vai acatar o pensamento da maioria da Comissão ao fixar o mandato do atual Presidente, mas afirma que o tema depende muito da evolução do processo político.

Quanto ao Judiciário, Egídio Lima confirma a tendência pela preservação do Supremo Tribunal Federal, alterando-se a sua competência, com prevalência da matéria constitucional. Também se discutirá a autonomia administrativa e financeira do Poder Judiciário.



ORGANIZAÇÃO DO ESTADO

As questões que serão decididas pelo relator da Comissão da Organização do Estado Senador José Richa, e que envolvem, toda uma reestruturação administrativa, são a redivisão territorial do Brasil, a divisão das quotas da receita tributária entre a União e os municípios, além da instituição, ou não, do voto direto para governador do Distrito Federal.

O relatório da Subcomissão dos Estados propõe a criação de seis novos estados: Juruá (com a divisão do Amazonas); Tapajós (do Pará); Maranhão do sul (do Maranhão); Santa Cruz (da Bahia); Tocantins (de Goiás); e Triângulo (de Minas Gerais). O Brasil ainda teria os territórios de Roraima e Amapá transformados em estados. A polêmica é grande, principalmente pelo envolvimento de interesses dos governadores estaduais. Mas o fato de que o plebiscito popular em cada região determine soberanamente a instituição ou não da nova unidade federativa pode tornar realidade alguns desses estados.

Ainda deverão merecer amplos debates a proposta de garantir aos governadores a participação nas Superintendências regionais de desenvolvimento e a da criação de um Conselho de Ouvidores em cada município para controlar a atividade municipal. Porém de grande relevo será a determinação da parcela da receita tributária da União que irá para os Fundos Regionais de Desenvolvimento.



SOBERANIA NACIONAL

Tribunais de Garantias Constitucionais, Defensorias do Povo, tortura, pena de morte, aborto, habeas-data, prisão perpétua, direito de voto aos 16 anos e liberado para os militares, prebiscito para instalação de usinas nucleares e industriais poluentes são alguns dos assuntos que, depois de serem debatidos e votados nas Subcomissões, serão exaustivamente estudados na esfera da Comissão.

Para o relator, José Paulo Bisol (PMDB-RS), os relatórios apresentados são razoavelmente avançados e oriundos de decisões democráticas. Ele aponta como a principal inovação a criação de instrumentos que possibilitem ao povo exigir o cumprimento de seus direitos constitucionais. Ele é entusiasta da criação dos Tribunais de Garantias Constitucionais e das Defensorias do Povo, que acredita seja capazes de melhor disciplinar as relações indivíduo-Estado.

Contrário à pena de morte e à prisão perpétua, José Paulo Bisol diz que não é favorável à legalização do aborto, que "está socialmente institucionalizado". A questão, frisa, é definir se o aborto será ou não penalizado — "Devemos preservar a vida desde a concepção" —, mas argumenta que não se pode ignorar a dimensão do problema. Por isso, afirma que, em sentido amplo, é preciso regulamentar o aborto e não legalizá-lo.



EDUCAÇÃO E INFORMAÇÃO

A tônica dos debates na Comissão da Família, da Educação, Cultura, Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação parece indicar para a controvérsia, principalmente no que concerne à reserva do mercado interno para a informática nacional e a questão do aborto.

A criação do Conselho Nacional de Comunicação, formado por entidades representativas da sociedade civil, cuja atribuição seria a de elaborar a política de comunicação brasileira, constitui-se numa das questões polêmicas oriundas da Subcomissão da Ciência e Tecnologia e da Comunicação. Por outro lado, ficou firmada a liberdade de expressão do pensamento. A reserva de mercado para a informática foi aprovada e segue como um dos temas que mais podem dividir os parlamentares integrantes da Comissão temática.

A Pressão da Sociedade

Minorias abrem luta pela sua

Maioridade

Nesses quatro meses de trabalho, a Constituinte tem sido alvo de inúmeros *lobbies*, com grupos e segmentos da sociedade, exercendo pressão para que a nova Constituição contemple seus interesses nas disposições dos direitos por ela assegurados. Assim, empresários, latifundiários e outros grupos, pelo seu maior poder de barganha, vêm assediando os Constituintes com um trabalho de acompanhamento das discussões e da formulação dos novos preceitos constitucionais.

Com menor poder de influência, as chamadas "Minorias" também vêm tentando participar dos debates e da elaboração da nova Carta, a fim de que seus direitos sejam reconhecidos. Mulheres, negros, índios, homossexuais, crianças, deficientes físicos e empregadas domésticas marcaram presença no plenário da Assembléia Nacional Constituinte, junto à sua presidência e nas Subcomissões para apresentar suas reivindicações e relatar a situação discriminatória que vivem na sociedade.

Em sua carta à Constituinte, as mulheres defendem iguais direitos para homens e mulheres ao pleno exercício da cidadania, cabendo ao Estado garantir sua eficácia, formal e materialmente. Pretendem que sejam revogados liminarmente todos os dispositivos legais que contenham qualquer discriminação relativa a sexo ou a estado civil. O documento considera ainda ser fundamental que a Constituição determine que a afronta ao princípio de igualdade constituirá crime inafiançável.

pátrio poder. Também propõe a plena igualdade entre os filhos, não importando o vínculo existente entre os pais. Ainda como sustentação para modificações na legislação civil, pedem o acesso da mulher rural à titularidade de terras em planos de reforma agrária qualquer que seja seu estado civil.

Quanto à legislação trabalhista, as mulheres querem que a Constituição estabeleça o princípio de salário igual para trabalho igual, igualdade no acesso ao mercado de trabalho e na ascensão profissional e extensão dos direitos trabalhistas e previdenciários de forma plena às empregadas domésticas e às trabalhadoras rurais. Também propõem, quanto à proteção à maternidade e ao aleitamento, a garantia do emprego à mulher gestante e a extensão do direito à creche para os filhos de mulheres e homens trabalhadores. O direito do marido ou companheiro usufruir dos benefícios previdenciários decorrentes da contribuição da esposa ou companheira e a extensão dos direitos previdenciários dos trabalhadores urbanos aos trabalhadores rurais, homens e mulheres, são dois outros pontos defendidos na carta das mulheres.

SAÚDE — O documento prega também a garantia de assistência integral à saúde da mulher em todas as fases de sua vida, independentemente de sua condição biológica de procriadora, através de programas governamentais discutidos, implementados e controlados com a participação das mulheres. Sugerem ainda a proibição de qualquer ação impositiva que interfira no exercício

questões nacionais e internacionais de interesse de todos os cidadãos, a carta das mulheres quer que a educação dê ênfase à igualdade dos sexos, à luta contra o racismo e todas as formas de discriminação, afirmando as características multiculturais e multirraciais do povo brasileiro.

Ao abordar a questão da violência, o documento propõe a criminalização de quaisquer atos que envolvam agressões físicas, psicológicas ou sexuais à mulher, fora e dentro do lar. Por isso, destacam a necessidade de criação de delegacias especializadas no atendimento à mulher em todo os municípios do País, mesmo naqueles nos quais não se disponha de uma delegada mulher.

NEGROS — "O Negro e a Constituinte" foi o documento que representantes de 55 entidades negras entregaram à Presidência da Subcomissão dos Negros, Populações Indígenas, Pessoas Deficientes e Minorias. Uma das principais propostas é de que a prática do racismo não seja encarada como simples contravenção, mas sim punida pela lei como crime inafiançável, com pena de reclusão para os infratores através de rito sumário. A proposta prevê ainda a criação de um tribunal especial para julgamento dos crimes de discriminação racial.

A comunidade negra pede também o rompimento de relações diplomáticas ou comerciais com todos os países que tenham institucionalizado qualquer tipo de discriminação entre sua população, como ocorre na África do Sul.



Domésticas apresentam suas reivindicações

Com vistas a possibilitar mudanças na legislação civil, as mulheres pedem que a nova Constituição estabeleça a plena igualdade entre os cônjuges no que diz respeito aos direitos e deveres quanto à direção da sociedade conjugal, à administração dos bens do casal, à responsabilidade em relação aos filhos, à fixação do domicílio da família e ao

da sexualidade e que promova o controle da natalidade. A proposta pede a garantia de livre opção pela maternidade como o direito de evitar ou interromper a gravidez, sem prejuízo para a saúde da mulher. Também será garantido à mulher o direito de conhecer e decidir sobre seu próprio corpo.

Além de defender pontos sobre

ÍNDIOS — Com a realização até de uma pajelança para espantar os "maus flúidos" e melhor inspirar os Constituintes, representantes de nações indígenas pediram o apoio que possam viver em paz em suas terras, cuja demarcação até hoje ainda não foi efetivada.

Para o Presidente da União das Nações Indígenas, Airton Krenak,



Índios pedem apoio para que possam viver em paz em suas terras

a nova Constituição prestará um grande benefício às comunidades indígenas se reconhecer seus direitos históricos e culturais e respeitar seus territórios. Disse ainda se constituir numa violência a pretensão de inculir no índio uma linguagem que lhe é estranha e que fere seus princípios mais fundamentais de culto à tradição e aos seus antepassados. O mesmo ponto de vista externou a assessora para assuntos de Educação do Centro de Trabalho Indigenista, Marina Kahan Villas Boas, salientando que, por ser o Brasil um País pluriétnico e plurilíngüe, os índios devem receber educação em seus próprios idiomas.

Também o representante do Conselho Indigenista Missionário, Paulo Machado Guimarães, defendeu que seja reconhecido na Constituição o caráter pluriétnico e plurinacional do Brasil como forma de dar meios de sobrevivência a povos em vias de extinção, principalmente pela ação predadora de fazendeiros, mineradoras e serrarias.

HOMOSSEXUAIS — A lei deve qualificar como crime passível de punição toda e qualquer discriminação contra a educação sexual de cada indivíduo, seja homo ou heterossexual. É o que pretende o diretor de Comunicação Social do grupo de liberação homossexual Triângulo Rosa, João Mascarenhas, ao reivindicar a inclusão no capítulo das garantias individuais da nova Constituição da expressão "respeito à orientação sexual". Os homossexuais querem também que sejam consideradas crime as tentativas de se proibir o ingresso de homossexuais em qualquer estabelecimento de ensino civil ou militar, em relação ao pessoal docente ou discente.

MENOR — Os menores de rua se fizeram presentes na Constituinte com uma delagação de mais de cem crianças que entregou uma placa ao Presidente Ulysses Guimarães. Eles pediram proteção à vida, sobrevivência digna, proteção social, liberdade e direito ao futuro, através de uma assistência materno-infantil. Também pleiteiam que lhes sejam assegurados trabalho, habitação, estudo, alimentação e lazer.

DEFICIENTES — O Estado deve assumir a reabilitação dos deficientes físicos, que hoje praticamente está nas mãos da iniciativa privada, através de entidades filantrópicas. Essa é uma das principais propostas apresentadas pelos deficientes físicos, que, juntamente com os portadores de deficiência mental, totalizam 13 milhões de indivíduos. Pedem que o Estado garanta e proporcione a prevenção de doenças ou condições que levem à deficiência, direito à habilitação e reabilitação com todos os equipamentos necessários e direito à educação básica e profissionalizante, obrigatória e gratuita, sem limite de idade.

Os deficientes físicos pensam ser fundamental que a nova Constituição ponha fim à segregação, discriminação e estigmatização de que são vítimas, promovendo ainda sua integração na vida econômica e social do País. Propõem também que seja garantida a aposentadoria por tempo de serviço aos 20 (vinte) anos de trabalho para as pessoas portadoras de deficiência que tenham uma expectativa de vida reduzida.

DOMÉSTICA — Com a presença do Presidente da Assembléia Nacional Constituinte, Ulysses Guimarães, na Subcomissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher, cerca de 250 empregadas domésticas, representando nove Estados, apresentaram suas reivindicações. Elas querem o reconhecimento da profissão, salário mínimo nacional real, jornada de 40 (quarenta) horas semanais, descanso semanal remunerado e estabilidade após 10 (dez) anos no emprego ou FGTS.

Na ocasião, Ulysses Guimarães afirmou: "Esta é a Constituinte dos Pobres, em que senadores e deputados haveremos de fazer justiça ao Brasil. Que irá ajudar àqueles que precisam de justiça. E que Deus nos dê forças para que possamos, realmente, transformar em ação os propósitos de redigirmos para todos, principalmente para os que mais necessitam, a nova Carta Constitucional da Nação."

Os filhos de ninguém

Maria Valdira

Eles são 36 milhões. Maltrapilhos, esfomeados, doentes, 20% deles, ou seja, 7 milhões, em completo abandono. Espalhados por todos os cantos do país, eles sofrem, desde os primeiros momentos de sua vida, fome, frio, maus-tratos, violências, indignidades de todo tipo. Nasceram e se criam (quando sobrevivem) numa estrutura de criminalidade. Eles são os menores carentes do Brasil.

Um contingente tão grande que supera a população de vários países europeus e outros tantos em outros continentes. Eles superam, por exemplo, a população total da Espanha, Bélgica, Alemanha Oriental, Áustria, Dinamarca, Arábia Saudita, Austrália, Canadá e Cuba. Mais do que a Bolívia e o Chile juntos. Oriundos de famílias ganhando abaixo de um e meio salário mínimo, essas crianças se multiplicaram ao longo dos últimos anos, com o fenômeno da urbanização, da industrialização e sobretudo com a pobreza que se acentuou no país. Assim, em 1976, a CPI do Menor, instalada pela Câmara dos Deputados, apurava a cifra de quase 14 milhões de menores carentes no Brasil, situando-se no Nordeste o maior contingente, seguido de perto pela Região Sudeste. Hoje, conforme projeção feita, a partir de dados do IBGE, pela Subcomissão da Família, do Menor e do Idoso, eles atingiram o número de 36 milhões, sem dúvida nenhuma mais um recorde vergonhoso que o Brasil bate no cenário mundial.

Agora, com a Assembléia Nacional Constituinte, parece ter soado a hora e a vez do menor abandonado. É que, a se confirmar a proposta da Subcomissão da Família, do Menor e do Idoso, presidida pelo Deputado Néelson Aguiar e consubstanciada em relatório do Deputado Eraldo Tinoco, uma extraordinária inovação na área do direito do menor acontecerá, o que deverá mudar a face da questão. Antes de expor seu ponto de vista, o Presidente da Subcomissão, Constituinte Néelson Aguiar, adverte: sociedade nenhuma resolve o problema do menor sem o apoio do governo, e nenhum governo resolve a questão sem o apoio da sociedade. É indispensável uma ação conjunta. O Estado não pode, nem deve ser o executor de qualquer política em favor da criança. A sociedade pode e deve executar essa política, enquanto o Estado a apóia técnica e financeiramente.

Sujeito de direito — Das 6.606 propostas ou sugestões encaminhadas pela sociedade brasileira à Subcomissão da Família, do Menor e do Idoso, 4.700 dizem respeito especificamente ao problema do menor

carente. Isto mostra o quanto a sociedade está preocupada com a questão e como está ansiosa por resolvê-la o quanto antes e, o que é bom, o quanto está disposta a colaborar, a participar com o governo numa tarefa tão delicada e difícil. Do anteprojeto de norma Constitucional da Subcomissão, a cargo do deputado Eraldo Tinoco, constam as tendências do pensamento dos vários segmentos da sociedade brasileira a respeito do assunto, as quais convergem, de maneira inequívoca, para determinados pontos considerados fundamentais, como: assistência ao menor abandonado e carente, direito das crianças carentes à creche, à alimentação, à escola, à saúde e ao lazer; construção

“O maior volume de sugestões encaminhadas à Subcomissão da Família, do Menor e do Idoso revela os grandes anseios da sociedade atenta à condição do menor em abandono.”

de centros de formação profissional para os jovens, assistência ao menor carente no seu próprio lar; ensino de primeiro grau em horário integral; restabelecimento da censura aos programas de televisão, revistas e filmes, para evitar a promoção da pornografia e da violência, condenação às FEBEMs e à FUNABEM como entidades de recuperação do menor; solução do problema do menor a cargo do município e da sua própria comunidade; e direitos iguais aos filhos de qualquer condição. Entidades e especialistas do setor propuseram, quase que por unanimidade, a assistência por parte do Estado às crianças carentes, no que se refere à formação moral, à educação e ao preparo para o trabalho. Apesar de terem concordado, de maneira geral, em que a situação do menor abandonado é resultado de vários fatores, como os de ordem econômica, de distribuição de renda, de reforma agrária, de

Correio Braziliense/Adauto Cruz



habitação, de educação, reconhecem, entretanto, que, enquanto o Estado não remover essas causas, deverá assegurar ao menor abandonado os direitos reconhecidos universalmente para as pessoas nessa faixa etária.

A grande inovação, extraordinária mesmo, no dizer do deputado Néelson Aguiar, sobre a questão do menor carente (que ele prefere chamar de “criança”, ao invés de “menor”), acontecerá no terreno jurídico, através da transformação da criança em sujeito de direito, independentemente do fato de ela pertencer ou não a uma família.

O Presidente da Subcomissão da Família, do Menor e do Idoso explica como se dará essa transformação, caso a proposta do órgão técnico seja aprovada. Segundo ele, no sistema jurídico brasileiro, o direito da criança está incorporado ao direito da família. É uma espécie de direito agregado, tutelado pela figura do pátrio poder, que

é exercido pelo homem é só na ausência deste, pela mulher. Assim é que a chama-

“A sociedade pede a extinção das FEBEMs e da FUNABEM ou sua transformação em escolas profissionalizantes, revelando um anseio de que criança precisa de um lar, proteção, carinho e afeto.”

da criança abandonada, em estado de orfanidade ou não, não dispõe de nenhuma lei, nem mesmo da Constituição, que diga que ela seja sujeito de direito.

O Código de menores define a sua situação como irregular e determina o seu acau-

Maria Valdira

telamento através do juiz de menores, ouvido o curador. Assim, a criança abandonada tem na decisão do juiz a fonte do seu direito. Neste espaço de vida em que ela jaz no abandono até que se submetta à tutela judicial, ela simplesmente não tem direito.

O conceito de abandono — prossegue Néelson Aguiar —, neste caso, é o mais elástico possível. Não é da família, que já não existe para ela, não é da sociedade, que não a assume, e não é do Estado, que a marginaliza. Ela é uma espécie de filho de ninguém, que existe de fato, mas que de direito não existe.

“Se aprovada nossa proposta na Constituição a ser elaborada, a criança passará a ser sujeito de direito, independentemente da existência ou não de uma família. Com isto, estamos criado, na futura Constituição, a obrigação da sociedade e do

Correio Braziliense/Wilson Pedrosa



Estado de responder pela garantia do direito da criança. O que nós queremos, na verdade, é criar, no texto da Constituição, o instituto do direito da criança, segundo o preceito da Declaração Universal dos Direitos da Criança”, conclui.

Vergonha Nacional — Um país com um terço de sua população infanto-juvenil

“O Estado não pode nem deve ser o executor de qualquer política em favor da criança, mas tem o dever de apoiar técnica e financeiramente a sociedade nessa tarefa.”

marginalizada enfrentará, no futuro, os maiores problemas sociais do mundo, inclusive no tocante à criminalidade, já alertava o então Deputado Manoel de Almeida, em seu relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar o problema da criança e do menor carentes no Brasil (1976). “Autêntica radiografia de uma situação que vem adquirindo proporções de calamidade nacional”, as conclusões da CPI apontavam na direção da responsabilidade do Poder Executivo em atender, agora e já, às exigências prioritárias de sobrevivência da infância e da juventude desassistidas do Brasil.

Decorridos 10 anos, as medidas preconizadas pela CPI, inclusive um projeto de excelente conteúdo e realismo, o Projeto Dom Bosco, parecem ter sido esquecidos nas gavetas do Executivo. Pelo menos, o saldo desses anos não tem sido nada positivo: o abandono de crianças continua sendo um dos maiores desafios que o País tem de enfrentar.

Referindo-se às crianças que vivem em completo abandono, isto é, que não têm casa, família, ninguém, vivem inteiramente sós perambulando pelas ruas, o Constituinte Néelson Aguiar diz o seguinte: São 7 milhões de crianças expostas à ação da fome e da criminalidade nos mais diversos aspectos, como a prostituição comercializada, contrabando para o estrangeiro, trabalhos irregulares, uso e tráfico de drogas, exploração por marginais aquadrilhados, ação das revistas e dos filmes obscenos, violência policial, enfim, à ação de perversão de toda ordem. É toda uma estrutura de criminalidade no meio da qual está o menor.

A desagregação da família, em decorrência da pobreza e da rápida mudança de

valores, foi considerada no relatório do deputado Manoel de Almeida (CPI do Menor) como a causa mais próxima a condicionar a marginalização do menor. Na falta da família, a escola seria a instituição mais indicada para reter e educar o menor.

Mas, todos sabemos a quantas andam o ensino, a educação e a escola no Brasil.

Esta não dispõe de estrutura suficiente para atender a todos, mantê-los durante, pelo menos, 6 horas e educá-los integralmente, preparando-os para o exercício de uma profissão adequada ao desenvolvimento do País.

Mas a pobreza ainda é a grande campeã na saga das crianças carentes porque dela decorrem as demais carências e dela se geram as deficiências nutricionais, habitacionais e educacionais. Isto sem se falar das carências essenciais e indispensáveis do afeto, da amizade e do amor. Citando ainda transcrição feita pelo relator da CPI do Menor, que foi presidida pelo deputado Carlos Santos, daríamos aqui um perfil biopsicossocial de crianças e jovens que crescem na pobreza, descrito no relatório da Comissão Nacional de Higiene Mental

“A pobreza absoluta é a grande sementeira de crianças abandonadas porque dela decorrem as demais carências e dela se geram as deficiências nutricionais, habitacionais e educacionais.”

dos Estados Unidos, que estudou o problema em profundidade, em 1970:

“Pobreza significa que milhões de crianças são crianças de alto risco, em matéria de saúde física e mental; significa fome e desnutrição, que podem prejudicar o desenvolvimento físico e intelectual e minar a confiança da criança nos pais e no mundo em que ela vive; significa um lar com muitas pessoas comprimindo-se dentro dele, e um lar misérrimo, que pouco ou nada oferece para que se possa superar as potencialidades crescentemente reduzidas da criança; significa a vida numa vizinhança que provavelmente oferece poucas oportunidades para um brinqueado sadio, para a intimidade pessoal ou segurança, mas muitas oportunidades para perigo, brutalidade e exposição a comportamentos desviados; significa um apagar de esperanças e perspectivas, um sentimento de exclusão e rejeição, um senso de ódio por causa das injustiças, ou a entrega ao abandono e à fuga.”



Afastamento de relatores gera polêmica. No fim, ninguém sai

Os relatores das Subcomissões podem ou não ser afastados do cargo? Este foi um dos temas que mais polarizaram os debates parlamentares da semana e as negociações de liderança. O interesse não se manifestou pela tese em abstrato e sim por uma questão concreta. O Presidente da Subcomissão da Ciência e Tecnologia e da Comunicação, Deputado Arolde de Oliveira (PFL — RJ), substituiu sem nenhuma consulta às lideranças partidárias e à Mesa da Constituinte a relatora da Subcomissão, Deputada Cristina Tavares (PMDB — PE), pelo peemedebista José Carlos Martinez (PMDB — PR), alegando que a deputada abandonou suas funções durante os trabalhos.

O gesto de Arolde de Oliveira provocou reação em cadeia de setores da Constituinte, que começaram a articular, via diversos artifícios, a substituição de quatro relatores das Subcomissões,

e que apresentaram relatórios derrotados, no todo ou em parte, pelos plenários das subcomissões, cujas opiniões deveriam refletir-se no documento final dos trabalhos.

Não vingou, porém, a destituição de Cristina Tavares, embora o ato tivesse sido registrado na ata de conclusão dos trabalhos da Subcomissão de Ciência e Tecnologia e da Comunicação. A Mesa da Constituinte, examinando recurso em favor da manutenção da deputada, concluiu que a destituição de relatores é realmente possível, com base no Regimento Interno da Constituinte, que se aplica, subsidiariamente, às comissões, mas só quando o relatório for rejeitado no seu todo pelo Plenário da Subcomissão, o que não teria ocorrido com a deputada.

Houve pelo menos um caso em que essa interpretação regimental poderia ser aplicada, resultando na demissão do

relator. Por decisão do presidente da subcomissão que examinou o tema da reforma agrária, senador Edison Lobão (PFL — MA), o relatório do Deputado Oswaldo Lima Filho (PMDB — PE), não foi sequer apreciado. Em seu lugar, a Subcomissão votou o substitutivo do Deputado Rosa Prata (PMDB — MG), que teve apenas dois de seus artigos aprovados.

Nesse caso, porém, a corrente oposta contra-atacou antecipadamente, questionando a decisão do Presidente Edison Lobão. O Regimento da Constituinte proíbe a apresentação de substitutivos aos relatórios. Ou se apresentam emendas ou se rejeita o relatório. E o substitutivo "Rosa Prata" foi apresentado com a palavra substitutivo constando de seu título. A briga pela substituição de relatores, portanto, não alterou o quadro nem correlação de forças dentro das comissões.

“É uma forma de rasgar o regimento”

O Deputado Lysnéas Maciel (PDT — RJ) classificou a substituição da Deputada Cristina Tavares no cargo de relatora da Subcomissão da Ciência e Tecnologia e da Comunicação como uma "tentativa de golpe da direita para afastar a deputada da Comissão de Sistematização, onde ela terá assento garantido, enquanto relatora".

Para o Deputado Amaury Müller (PDT — RS), o ato foi uma forma de rasgar o regimento interno da Assembleia Nacional Constituinte, pois se constituiu numa destituição pura e simples, sem qualquer justificativa. Müller disse que os trabalhos da Subcomissão estiveram seriamente comprometidos pelo fato de seu presidente, Arolde de Oliveira, ser um dos sócios da TV-Rio.

Em defesa do Deputado Arolde de Oliveira, saiu o Líder do PFL, Deputado

José Lourenço (PFL — BA). Segundo ele, o regimento da Câmara dos Deputados prevê o afastamento do relator, quando esse é vencido pela maioria. Anna Maria Rates (PMDB — RJ) pediu calma e alertou para os riscos de manifestações precipitadas em Plenário, quando cabe ao Presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, decidir sobre o afastamento ou não de relatores.

O Líder do PMDB na Constituinte, Senador Mário Covas (PMDB — SP), ressaltou que o relatório final da Subcomissão foi assinado pela Deputada Cristina Tavares e que, portanto, não havia motivo para seu afastamento. Se isto ocorrer — preveniu — será uma violência contra as tradições do Parlamento e, nesse caso, também os presidentes de comissão poderão ser afastados. Em nome da liderança do PT, o Deputado

Plínio Arruda Sampaio não deixou por menos. Disse que a destituição de Cristina Tavares fará com que seu partido não respeite mais nenhum acordo partidário dentro da Constituinte. E advertiu: "Nossa Bancada sabe jogar no valeduto".

Em sua própria defesa, Arolde de Oliveira alegou que, durante a votação do texto final do relatório da Subcomissão, a Deputada Cristina Tavares, acompanhada por outros constituintes, se afastou dos trabalhos. Para permitir a conclusão dos trabalhos em tempo hábil, designou então outro relator, o Deputado José Carlos Martinez (PMDB — PR), que também é do PMDB, mantendo, em consequência, o acordo partidário que assegurou participação proporcional das bancadas nas comissões e subcomissões da Constituinte.

ANC analisa mandato do Presidente

O Presidente José Sarney articula junto aos governadores uma frente conservadora destinada a garantir a duração de cinco anos para seu mandato, acusou o Senador Jamil Haddad (PSB — RJ), ao defender a convocação de eleições diretas para a presidência da República tão logo seja promulgada a nova Constituição. O senador criticou a mudança de posição do Presidente, que na mensagem à Assembleia Nacional Constituinte de 7-5-85 propunha eleições em dois turnos para a presidência e reafirmava a soberania da Constituinte para fixar o tempo de seu mandato.

Em defesa de um mandato de cinco anos para o Presidente Sarney, veio o secretário-geral do PMDB, Deputado Milton Reis (PMDB — MG), que ressaltou ser esse prazo o mais consagrado pela tradição republicana brasileira. Na opinião de Milton Reis, a experiência administrativa também recomenda cinco anos. O Presidente da República — explicou — passa o primeiro ano, montando sua máquina administrativa e estruturando os planos de governo. Tem



depois exatamente três anos para implementar suas metas e projetos, já que o último ano de governo é consumido basicamente no encaminhamento da eleição do sucessor e na conclusão das obras iniciadas.

A Deputada Irma Passoni (PT — SP) defendeu a retomada do processo de mobilização popular em defesa da convocação de eleições diretas para a presidência da República tão logo seja promulgada a nova Constituição. A deputada acusou o grupo autodenominado Centro Democrático de utilizar a sigla peemedebista como um Cavalo de Tróia para apropriar-se do Governo, ao mesmo tempo em que reedita a política de repressão "cada vez menos discreta", e de praticar a corrupção sem disfarce.

“É preciso negociar para avançar”

O resultado dos trabalhos nas subcomissões deixou o Líder do PMDB na Constituinte, Senador Mário Covas, a impressão de que é preciso negociar, para avançar". Em várias subcomissões: da Reforma Agrária, de Tributos, da Ciência e Tecnologia e outras, os relatórios preparados foram completamente rejeitados ou descaracterizados em sua essência.

O Deputado Paulo Delgado (PT — MG) confessou-se temeroso de que as tendências da Assembleia Nacional Constituinte entrem em colisão com os interesses dos trabalhadores, afirmando que, em grande parte dos relatórios aprovados, houve descompasso entre as decisões e as reivindicações mais urgentes da sociedade brasileira. Segundo ele, "prevaleceu o cinismo e a empáfia das elites do País, patrocinadas pela indefinição do partido governista, que se submete a setores vinculados aos interesses internacionais".

Délio Braz (PMDB — GO) lembrou que a tarefa da Constituinte é extremamente difícil, neste momento em que

o País retoma sua caminhada em direção à liberdade após 20 anos de autoritarismo, por entender que o parlamentar deve agir como mediador entre as expectativas da sociedade e as modificações extremas pretendidas por alguns. De acordo com o deputado, a Constituinte tem a responsabilidade de "velar por mares nunca navegados, tarefa que não encontra parâmetro em qualquer outra oportunidade da História brasileira".

O constituinte Gerson Peres (PDS — PA) manifestou sua decepção diante do anteprojeto aprovado na Subcomissão do Poder Judiciário por achar que ele inova apenas na forma, sem oferecer um conteúdo capaz de resolver a crise da Justiça no País. Não basta mudar o nome do Supremo Tribunal Federal ou criar novos tribunais — disse. Antes de tudo é preciso ir às causas do fracasso do Poder Judiciário, que, em sua opinião, têm origem na dependência do Poder Executivo na falta de autonomia orçamentária e na total ausência de autonomia administrativa.

Constituintes lutam pelo gatilho

A manutenção do gatilho salarial foi defendida pelos constituintes independentemente de filiação partidária. O Deputado Eduardo Jorge (PT — SP) disse que o gatilho é um instrumento de defesa dos trabalhadores contra a corrosão do poder aquisitivo causada pela inflação galopante que assola o País. Solidarizou-se em particular com os servidores públicos que são hoje o setor mais ameaçado pela extinção do benefício.

Em nome da liderança do PDS, o Deputado Adylson Motta (PDS — RS) manifestou a solidariedade de seu partido à luta dos funcionários públicos pela manutenção do gatilho. Os interesses dos funcionários — disse — são os mais legítimos possíveis. O parlamentar apelou ao Presidente da República, ao Ministro da Fazenda e aos governadores para que reconsiderem as tentativas de eliminar o gatilho e garantam a manutenção do corajoso mecanismo, que evita a corrosão do poder aquisitivo dos salários.

O Deputado Jacy Scanagatta (PFL — PR) denunciou a recusa dos Estados e Municípios em pagar o gatilho salarial a seus servidores como discriminatória, sendo eles tratados como se não fossem iguais aos funcionários da União nem aos empregados das empresas particulares, que vêm repondo regularmente aquela parcela mínima das perdas salariais.

Para o Deputado Olívio Dutra (PT — RS), ainda vivemos os dois brasis: o das minorias privilegiadas, dos latifúndios e das mansões, e o da maioria, no qual reinam o desemprego e os salários baixos. Por isso, não faz sentido falar-se na extinção do gatilho salarial quando ele é um instrumento ainda insuficiente para repor todas as perdas salariais provocadas pela inflação. Por causa da má distribuição da renda, vemos hoje as diversas categorias profissionais em todos os Estados organizarem movimentos grevistas em defesa de seus direitos, concluiu.

A SOCIEDADE DEVE SABER DE TUDO

O deputado Marcelo Cordeiro (PMDB — BA), 1º-secretário da Constituinte, é responsável, juntamente com o 3º-secretário da Mesa da Câmara, o deputado Heráclito Fortes (PMDB — PI), pela divulgação dos trabalhos do Poder Legislativo nesta etapa de elaboração da nova Lei Maior do país. Ambos têm opiniões coincidentes, cada um atuando no seu espaço regimental: o que importa é manter canais permanentes de comunicação

entre o povo e a Constituinte, para que os trabalhos não se desenvolvam sem a imprescindível audiência e opinião da sociedade. O senador Jutahy Magalhães, 1º-secretário do Senado, é responsável por um amplo leque de serviços de apoio essenciais ao funcionamento da ANC. Aqui ele fala sobre o papel nem sempre notado do Senado na Constituinte: oferecer a segurança de que tudo aconteça nos prazos regimentais, a fim de que a nova Carta esteja pronta no tempo requerido pela sociedade.

CORDEIRO:

A SOCIEDADE DEVE PARTICIPAR

Para Marcelo Cordeiro, primeiro-secretário, a divulgação dos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte através de programas de rádio, televisão e do Jornal da Constituinte, propiciará maior integração dos parlamentares com a comunidade que será estimulada a participar da elaboração da nova Carta.



A importância da fixação de uma política de divulgação dos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte que estabeleça canais próprios e permanentes de comunicação com a sociedade foi defendida pelo constituinte Marcelo Cordeiro, que vê nos programas radiofônicos, nos programas televisionados e no Jornal da Constituinte instrumentos destinados a contribuir com o processo de participação da sociedade brasileira na elaboração da nova Constituição:

O parlamentar peemedebista, primeiro-secretário da Mesa da Constituinte, entende que a aquisição de instrumentos de comunicação não colocam a Constituinte numa vertente de competição com a imprensa formal, pois, segundo argumentou, a Assembleia não é um órgão de imprensa nem poderia prescindir da mesma na divulgação de suas atividades e de seus trabalhos, "o que aliás, vem sendo feito de modo a conferir à imprensa um papel fundamental no desenvolvimento dos trabalhos constituintes e no prestígio que a Constituinte alcançou no país" — observou.

Motivar a população

Marcelo Cordeiro informou que a Assembleia pretende com os programas de divulgação e com o Jornal da Constituinte refletir o nível dos debates temáticos que vêm sendo travados no seu interior.

"É fundamental — salientou — que o conflito de idéias se exprima e que a própria iniciativa popular se intensifique motivada inclusive pelo fato de que as decisões, que aqui serão adotadas, afetam a vida de cada um dos brasileiros".

Quanto ao Jornal da Constituinte, o representante baiano acredita que o mesmo esteja destinado a informar o povo e receber as informações de que necessitam os constituintes para conhecer as expectativas da própria sociedade. "Tanto o jornal como os programas de TV e de rádio pretendem ser instrumentos ágeis e participativos" — enfatizou.

A nova Constituição como compromisso nacional

O primeiro-secretário da Constituinte assinalou, ainda, que a experiência histórica brasileira e a de outros povos demonstrou que não basta ter uma Constituição bem feita do ponto de vista técnico, mas, a seu ver, é necessário que a Constituição seja o produto de um compromisso nacional e que possa ser compreendida, respeitada e amada por todos os cidadãos. Concluindo, Marcelo Cordeiro acentua que a política de divulgação da Assembleia Nacional Constituinte "deve estar voltada para um esforço no sentido de fornecer as condições para se alcançar esses objetivos superiores".

Jutahy: Senado trabalha em tempo integral

Todos os serviços do Senado Federal estão à disposição da Constituinte, a começar pelo Serviço de Processamento de Dados — Prodasen, que opera 24 horas nos sete dias da semana.

Relatores "morando" dentro do Prodasen, funcionários cedendo seus espaços aos parlamentares, entidades e populares consultando, pesquisando, acompanhando nos terminais a elaboração da Constituição. Este é o clima descrito pelo senador Jutahy Magalhães, 1º-secretário do Senado e responsável pela mobilização de funcionários e pela infra-estrutura montada para atender à Constituinte.

Velocidade

Experimentado parlamentar, Magalhães acredita que seria impossível seguir os prazos impostos pelo Regimento sem o apoio dos computadores do Senado. Horas depois da decisão pelo voto dos textos de cada comissão, as primeiras cópias estão sendo impressas pelos terminais, combinando as emendas aproveitadas pelo relator, indicando as que foram rejeitadas e comparando a contribuição de cada parlamentar.

Ao lado desse trabalho de velocidade dos computadores, dois outros setores do Senado Federal prestam um serviço de memória, precisão e reprodução. O som grava todos os debates, servindo de apoio ao setor tradicional de taquigrafia, que realiza não apenas um registro, mas uma reprodução fiel de valor histórico inestimável para a História nacional.

Lembra o Senador Jutahy Magalhães que, de par com essas atividades, o Senado continua fun-

apoiando ao trabalho dos constituintes. Já que nem sempre é possível recorrer à memória dos computadores ou consultar referências constitucionais nos arquivos e biblioteca, entram em cena os experimentados assessores da casa.

De plantão em todas as comissões — técnicos legislativos, revisores, especialistas constitucionais ou simplesmente auxiliares —, os funcionários do Senado são a retaguarda anônima neste processo histórico em que se debate e se decide o futuro institucional do País — concluiu o Senador Jutahy Magalhães.

Heráclito: A comunicação é transparente

A estrutura de comunicação social da Câmara dos Deputados foi colocada a serviço da Constituinte por orientação do 3º-secretário, Heráclito Fortes.

Transformando a tradicional "Voz do Brasil" em "Voz da Constituinte" e o impresso "Câmara Informa" em "Boletim da Constituinte", a 3ª-Secretaria realiza o registro diário e a difusão dos trabalhos de elaboração constitucional.

Em seu terceiro mandato como deputado federal, pelo Piauí, Heráclito Fortes empresta também à Constituinte sua experiência na área de comunicação.

Entende o 3º-secretário que "a manifestação popular que consolidou a convocação da Constituinte e o desejo expresso do povo de participar diretamente da elaboração da nova Carta impõe um esforço de comunicação para que a Assembleia torne-se transparente, respondendo àquilo que o povo expressou".

Heráclito Fortes observa que após o encerramento da Constituinte, será o serviço de comunicação da Câmara encarregado a dar continuidade à divulgação dos trabalhos parlamentares na elaboração de legislação ordinária que consolidará o novo texto constitucional.



cionando em toda sua extensão. "Em ritmo mais lento, mas cumprindo todas as suas funções ordinárias", assegura.

Experiência

Destaca também o primeiro-secretário a atuação dos vários setores especializados do Senado no



DISCURSO PARALELO

A maioria dos líderes partidários acredita que a atual estrutura das Forças Armadas no País deve ser mantida, mas ressalta que a sua atuação no plano interno precisa estar sempre subordinada ao comando do Presidente da República. O Partido dos Trabalhadores, entretanto, propõe a criação do Ministério da Defesa, que teria a função de centralizar e coordenar a ação dos ministérios militares. A proposta encontra como principais adversários o PMDB e o PFL, que não vêem a necessidade da transição democrática passar por uma transformação radical no setor militar. Todos concordam, contudo, com a função de defesa da soberania nacional contra inimigos externos, exercida pelas Forças Armadas.

PMDB



Para o deputado Hélio Manhães, Vice-Líder do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, a nova Constituição deve definir para as Forças Armadas o papel de preservar e defender a soberania nacional, bem como, dentro das fronteiras, ter uma ação na manutenção da ordem pública, sem contudo interferir nas instituições civis. A ação a nível interno somente será legítima, no caso, de acordo com o parlamentar do Espírito Santo, se contar com ordem direta do Presidente da República.

Hélio Manhães acredita que o principal objetivo da nova Constituição na questão específica das Forças Armadas deve preocupar-se, basicamente, com a eliminação da legislação autoritária gerada a partir da Constituição de 1967. Esta Carta constitucional, segundo o parlamentar, gerou um excessivo centralismo decisório nas mãos do Poder Executivo, colocando o Poder Legislativo em uma posição marginal e acérrima.

Sobre a criação do Ministério da Defesa, Hélio Manhães manifestou opinião contrária. Para o parlamentar capixaba, a tradição das Forças Armadas deve ser preservada, mantendo-se a atual divisão estrutural. Hélio Manhães assegurou que a transição democrática não passa pela criação de um órgão central para as Forças Armadas, mas sim pela atuação das Forças Militares nos parâmetros estabelecidos dentro do texto constitucional. O parlamentar considera mais importante a retomada das prerrogativas do Legislativo e a redução do centralismo no Poder Executivo.

PFL

Se depender do Partido da Frente Liberal, o papel das Forças Armadas não sofrerá qualquer alteração no novo texto



to constitucional. Esta é, pelo menos, a opinião manifestada pelo Líder do Partido, deputado José Lourenço, que acrescentou que a participação das Forças Armadas não é apenas importante para assegurar a soberania nacional, garantindo as fronteiras e o País de ameaças de inimigos externos, mas também tem função das mais relevantes na manutenção da ordem interna e garantia das constituições legalmente constituídas, sob o comando do Presidente da República.

Quanto à proposta de criação do Ministério da Defesa, o parlamentar baiano acredita que ela não se concretizará. Em sua opinião, a atual estrutura definida para as Forças Armadas no País atende plenamente às pretensões tanto do poder militar como do poder civil.

Sobre a questão da doutrina de Segurança nacional, o Líder do Partido da Frente Liberal concorda plenamente com o relatório elaborado pelo deputado Ricardo Fiuza, da Subcomissão de Defesa do Estado, da Sociedade e de sua Segurança, quando ressalta que o Estado tem atribuição específica de proporcionar à Nação a garantia de preservação de sua soberania diante de possíveis ameaças ou agressões, de qualquer espécie e natureza, que venham a comprometer a ordem jurídica estabelecida pela vontade popular, e essa garantia constitui a segurança nacional, que deve garantir a liberdade.



PDS

Para o deputado César Cals Neto, do Partido Democrático Social, as Forças Armadas devem cuidar, sobretudo, do problema relacionado com o perigo de intervenção externa. Entretanto, o parlamentar cearense não descartou a previsão na nova Carta constitucional de uma possibilidade de participação das Forças Armadas nos casos que ele o qualificou de "guerra interna", mas com a atuação restringida pela autoridade do presidente da República, mesmo que o sistema político adotado seja o parlamentarismo.

O deputado César Cals Neto mostrou-se favorável também à criação do Ministério da defesa, como elemento importante na articulação das três For-

ças militares. Nesta proposta, o Conselho de Segurança Nacional e o Estado-Maior das Forças Armadas estariam subordinados ao Ministério da Defesa. César Cals Neto ressaltou, todavia, que não existe questão fechada sobre o assunto dentro de seu partido.

O parlamentar tem também uma fórmula de implantação desse novo ministério. Em um primeiro estágio, César Cals Neto acredita que o ministro deveria ser necessariamente um homem com vivência nas Forças Armadas. Ele chama esse primeiro estágio de período de readaptação do sistema, feito exatamente com intuito de evitar qualquer espécie de confrontação. Já em um segundo estágio, o parlamentar pensa que o cargo de ministro poderá ser exercido também por um civil, sem prejuízo para a eficiência do ministério ou das Forças Armadas. Além disso, César Cals Neto propõe maior participação dos militares em trabalhos em prol da sociedade.

PDT

É essencial que a Assembléia Nacional Constituinte defina com clareza o papel das Forças Armadas na sociedade brasileira. Esta é a opinião de Brandão Monteiro, líder do Partido Democrático Trabalhista, que há três anos defendeu um amplo debate sobre o assunto no Congresso Nacional. Segundo o parlamentar, este assunto era tabu na época.

Para Brandão Monteiro, as Forças Armadas são instituições importantes e fundamentais para o pleno funcionamento do regime democrático. O PDT, entretanto, quer impedir suas "seguidas e intoleráveis intervenções na vida nacional", mas só após discutir o assunto de acordo com a realidade política de um País de pouca experiência democrática.

As Forças Armadas, no dizer do líder do PDT, não podem, entretanto, manter a sua atitude de tutela da vida política do País, com a sua atuação subordinada ao poder civil constituído. As Forças Armadas devem ser tratadas como instituições permanentes, responsáveis pela segurança contra ameaças externas, defensoras da soberania, independência e dos poderes constitucionais. Os chefes militares, de acordo com Brandão Monteiro, devem lembrar que são funcio-



nários do Estado, recebendo salários e soldos que são pagos pelo povo brasileiro de modo a garantir a sua defesa. O líder do PDT é favorável também à criação do Ministério da Defesa para que o poder político das Forças Armadas seja centralizado, enquanto os chefes de cada força se dedicam à sua melhor estruturação interna.

PTB

O papel das Forças Armadas deve restringir-se à fiscalização das fronteiras nacionais, enquanto a nível interno o poder militar deve ter atuação na sociedade apenas quando solicitado pelo Presidente da República. O depoimento é do Deputado Arnaldo Faria de Sá, do Partido Trabalhista Brasileiro e terceiro-secretário da Mesa diretora da Assembléia Nacional Constituinte.

Segundo o parlamentar paulista, a principal função das Forças Armadas, que deve ser definida pelo novo texto constitucional, é a de garantir a soberania brasileira, mantendo estreita vigilância nas fronteiras nacionais. Regiões como o Pantanal Mato-grossense ou a Amazônia têm recebido um importante



contingente de militares brasileiros e, de acordo com Arnaldo Faria de Sá, nenhuma outra instituição tem a penetração nestes pontos fronteiriços como a Marinha, a Aeronáutica ou o Exército. Nestas mesmas regiões, as Forças Armadas devem ser chamadas a colaborar na política de preservação do meio ambiente, diante da carência de pessoal verificada em órgãos como o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal. A sua ação seria complementada com a participação no efetivo combate ao contrabando.

No plano interno, Arnaldo Faria de Sá defendeu a ação das Forças Armadas como garantidoras das instituições, mas sua presença ou não deve ficar subordinada à convocação do Presidente da República. As Forças Armadas, segundo o parlamentar, não devem agir de forma independente.

PCB

O Partido Comunista Brasileiro propõe uma discussão mais ampla do papel das Forças Armadas, que não fique restrito apenas à definição de suas funções no texto constitucional, como garantidoras das fronteiras brasileiras contra agressões externas e participantes, quando solicitadas pela mais alta autoridade civil do País. Foi isto que garantiu o Líder do partido, deputado Roberto Freire, segundo o qual o papel das Forças Armadas deve incluir uma discussão da participação do País no contexto das relações internacionais.

Nesse contexto, de acordo com Roberto Freire, a discussão sobre o papel



das Forças Armadas não deveria ficar apenas a nível de subcomissão, mas ser ampliada a toda a Assembléia Constituinte. O PCB, para o seu líder, deve propor questões como a participação do País em políticas de agressão à soberania de outros países, a desnuclearização da América Latina ou mesmo se o Brasil é uma República pacífica ou não, e a existência da indústria bélica.

No plano interno, o deputado Roberto Freire afirmou que a tutela militar é fruto da fragilidade do regime democrático no País. Ele acredita que os militares não devem ser vistos como inimigos, tendo olhos apenas para o passado, mas devem ser vistos com menos preconceito para que se possa fazer as instituições militares participarem desempenhando um papel democrático. Neste sentido, o parlamentar pensa que todos os brasileiros devem prestar o serviço militar, inclusive os membros do clero, para que haja uma quebra de preconceito e um maior intercâmbio entre a sociedade e as Forças Armadas.



PT

Segundo o deputado José Genoíno, o novo texto constitucional não deve permitir, a nível interno, a intervenção das Forças Armadas na vida política do País, restringindo-se sua atuação à garantia da soberania em casos de agressão externa. Esta será a posição defendida pelo Partido dos Trabalhadores, que, segundo o deputado, prega ainda que sejam abolidos tanto o Conselho de Segurança Nacional, como a própria doutrina da segurança nacional.

QUAL A FUNÇÃO DOS MILITARES?

O Partido dos Trabalhadores, segundo José Genoíno, defende também a criação do Ministério da Defesa, que poderia ser dirigido tanto por um civil como por um militar, que seria o representante do Presidente da República nas questões militares. A criação do Ministério da Defesa teria como objetivo, segundo o parlamentar, concentrar sob uma mesma coordenação o trabalho atualmente desenvolvido por seis ministérios militares.



O Partido dos Trabalhadores tem igualmente uma proposta de extinção do Serviço Nacional de Informações. Na opinião de José Genoíno, o Presidente da República deve ter um serviço de informações, mas, segundo ele, do mesmo modo como o Conselho de Segurança Nacional se transformou em um superpoder, o SNI tem tentáculos em todos os setores da vida nacional. José Genoíno lembrou que o PT tem proposta de abolição da censura como atribuição da Polícia Federal, bem como defende a autonomia das Polícias Militares.

PL

O líder do Partido Liberal, Adolfo Oliveira, lembrou, antes de analisar a questão, que o partido que representa na Assembléia Nacional Constituinte adota um sistema bem diferenciado dos demais para as decisões sobre as questões mais polêmicas a serem defendidas por seus parlamentares. Assim, apesar de os parlamentares terem idéias definidas sobre muitos pontos, a decisão final deverá caber ao plebiscito realizado nas bases do PL.

O papel das Forças Armadas, segundo o Deputado Adolfo Oliveira, deve ser inicialmente o de defesa da integridade do território nacional, ou da soberania do País. No plano interno o líder do Partido Liberal acredita que as Forças Armadas exercem importante atribuição que é a de defender os poderes constituídos, com ação, todavia, restrita aos limites estabelecidos pela legislação em vigor. A preocupação, entretanto, seria sempre a de garantir o regime democrático no País. Dessa forma, a participação das Forças Armadas na vida interna do Brasil ficaria subordinada à autoridade do Presidente da República ou do chefe de Estado.

O Partido Liberal, segundo Adolfo Oliveira, acredita que as Forças Armadas terão, de agora em diante, um comportamento adequado à nova realidade do País, pois, de acordo com o parlamentar, os militares não querem levar a sociedade brasileira ao trauma. O Deputado assegura, inclusive, que não existe mais o anseio de poder por parte dos militares.



PDC

O Partido Democrata Cristão acredita que a nova Carta Constitucional não deve alterar a definição do papel das Forças Armadas. Esta é a opinião do Senador Mauro Borges, líder do partido na Assembléia Nacional Constituinte, acrescentando que a Constituição deve manter as missões tradicionais das Forças Armadas na defesa contra agressões externas, bem com ter responsabilidade na manutenção da segurança interna.

Quanto ao papel de defesa da integridade do território nacional, o Senador

Mauro Borges ressaltou que o País precisa assegurar meios de as Forças Armadas brasileiras estarem sempre bem equipadas. O líder do PDC lembrou o exemplo da Argentina, que participou de um conflito externo sem ter condi-



ções de enfrentar o adversário, a Inglaterra. O parlamentar goiano alertou que a segurança não se improvisa, lembrando que as Forças Armadas brasileiras recebem percentuais do Produto Interno Bruto inferiores a muitos países.

No plano interno, o Senador Mauro Borges disse que as Forças Armadas têm responsabilidade na segurança do país. No entanto, o parlamentar assegurou que a participação inicial em conflitos internos deve ficar a cargo das polícias tanto civis como militares. As Forças Armadas devem entrar em ação apenas em casos de muita gravidade, quando as polícias não forem suficientes para garantir a ordem, mas participarão apenas sob a direção da mais alta autoridade civil do país, ou seja, o Presidente ou o Primeiro-Ministro.

PC do B

A posição do Partido Comunista do Brasil foi explanada pelo Deputado Aldo Arantes. Segundo o parlamentar, seu partido defende o ponto de vista de que as Forças Armadas devem resguardar o País de agressões externas, sem, contudo, se imiscuírem nos problemas internos do Brasil, bem como nos movimentos populares. Pelo atual dispositivo constitucional, é assegurada também às Forças Armadas a tarefa de resguardar a Lei e a ordem a nível interno, figurando, elas, como um superpoder.

A criação do Ministério da Defesa é outro ponto apoiado pelo PC do B, pois isso teria como consequência, segundo Aldo Arantes, a extinção do Serviço Nacional de Informações, assim como a retirada do status de ministro dos chefes do gabinete militar e do Estado-Maior das Forças Armadas, reduzindo-se, portanto, os seis ministros militares para apenas um. Outra consequência do projeto do PC do B, de acordo com Aldo Arantes, seria a abolição da doutrina de segurança nacional, que, além de fascista, nas palavras do parlamentar, tem cunho autoritário e repressor.



A preocupação maior do Partido Comunista do Brasil é, como conta Aldo Arantes, a de criar mecanismos que permitam uma redefinição do papel das Forças Armadas na sociedade brasileira e a construção de um novo sistema político, que seria, no caso, o parlamentarismo. Pois o presidencialismo é mais permeável à influência das Forças Armadas.

PMB

O Senador Antônio Farias, Líder do Partido Municipalista Brasileiro, afirmou que seu Partido é contra modificações nas atuais atribuições constitucionais definidas para a atuação das Forças Armadas no País. Segundo o Senador pernambucano, o problema essencial não está na legislação em vigor, mas sim nos eventuais desvios no entendimento desse papel das Forças Armadas, verificados em diversas oportunidades.

Para o Partido Municipalista Brasileiro, no entender de seu Líder, a Nova Carta Constitucional brasileira deve delegar às Forças Armadas as funções de segurança contra ameaças externas ao País, bem como elas devem estar presentes também para garantir a segurança a nível interno, dentro dos preceitos limitadores previstos pela nova Constituição. O Senador reconhece que às vezes as Forças Armadas extrapolam o preceito constitucional, dando origem aos diversos golpes ou tentativas; a seu ver a solução está no respeito aos preceitos constitucionais.



O Senador mostrou-se contrário à instituição do Ministério da Defesa, alertando que um Ministro civil dificilmente teria condições de coordenar as Forças Armadas. Este fato, ressaltou Antônio Farias, apenas aceleraria uma crise política e institucional no País. No entanto,

o Senador pernambucano acha que o Estado-Maior das Forças Armadas deveria ter maior poder de coordenação das três Forças, função que se encontra hoje diluída nos três ministérios militares.

PSB

Para o Partido Socialista Brasileiro, o papel das Forças Armadas deve ser limitado à defesa do País de ameaças estrangeiras. Esta será, segundo o líder do Partido, Senador Jamil Haddad, a tese defendida pelo PSB durante os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte. Acrescentando que as Forças Armadas, a nível interno, não terão mais uma atuação tutelar sobre a sociedade, como exerceram nos últimos 25 anos.

Um obstáculo que o Senador Jamil Haddad reconhece para a implantação



da medida na prática vem da própria ótica que o brasileiro se acostumou a ter, vendo as Forças Armadas como elemento de intervenção no tecido social. De acordo com o parlamentar, a população jovem não assistiu à participação civil dentro das estruturas de poder.

A segurança a nível interno deverá ficar com as polícias militares que, primeiramente, deveriam exercer a função de vigilância. No entanto, reconhece, as polícias militares, durante o regime militar, foram reaparelhadas e entrosadas com as Forças Armadas, inclusive com a indicação, nos postos de comando, de oficiais provenientes das Forças Armadas. O processo de desvinculação, que o PSB pretende que seja total a partir da Assembléia Nacional Constituinte, já foi iniciado, de acordo com Jamil Haddad, com o fim do governo Figueiredo, quando foram nomeados os primeiros comandantes com folha de serviços e de origem nas polícias militares.



NA PRÓXIMA EDIÇÃO A REFORMA AGRÁRIA

Quem é quem no Congresso Constituinte

ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE

MESA

Presidente:
Ulysses Guimarães

1º-Vice-Presidente:
Mauro Benevides

2º-Vice-Presidente:
Jorge Arbage

1º-Secretário:
Marcelo Cordeiro

2º-Secretário:
Mário Maia

3º-Secretário:
Arnaldo Faria de Sá

1º-Suplente de Secretário:
Benedita da Silva

2º-Suplente de Secretário:
Luiz Soyer

3º-Suplente de Secretário:
Sotero Cunha

LIDERANÇAS NA ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE

PMDB
Líder
Mário Covas

Vice-Líderes:
Euclides Scalco
Paulo Macarini
Antônio Pedrosa
Del Bosco Amaral
Robson Marinho
Antônio Britto
Gonzaga Patriota
Osmir Lima
José Guedes
Gidel Dantas
Henrique Eduardo Alves
Rose de Freitas
Ubiratan Aguiar
Vasco Alves
Miro Teixeira
Cássio Cunha Lima
Flávio Palmier da Veiga
Joaci Góes
Nestor Duarte

Antônio Mariz
Valmir de Luca
Raul Belém
Roberto Brandt
Mauro Campos
Hélio Manhães
Teotônio Vilela Filho

PFL
Líder
José Lourenço
Vice-Líderes:
Fausto Rocha
Ricardo Fiuza
Geovani Borges
Mozarildo Cavalcanti
Valmir Campelo
Messias Góis
Arolde de Oliveira
Gandi Jamil
Alécio Dias
Evaldo Gonçalves

PDS
Líder
Amaral Netto
Vice-Líderes:
Virgílio Távora
Henrique Córdova
Victor Faccioni

PTB
Líder
Gastone Righi
Vice-Líderes:
Sólon Borges dos Reis
Ottomar Pinto
Roberto Jefferson

PT
Líder
Luiz Inácio Lula da Silva

Vice-Líderes:
Plínio Arruda Sampaio
José Genoíno

PL
Líder
Adolfo Oliveira

PDC
Líder
Mauro Borges

Vice-Líderes:
José Maria Eymael
Siqueira Campos

PC DO B
Líder
Haroldo Lima

Vice-Líder:
Aldo Arantes

PCB
Líder
Roberto Freire

Vice-Líder:
Fernando Santana

PSB
Líder
Jamil Haddad

Vice-Líder
Beth Azize

PMB
Líder
Antonio Farias

SENADO FEDERAL

MESA
Presidente
Humberto Lucena — PMDB-PB

1º-Vice-Presidente
José Ignácio Ferreira — PMDB-ES

2º-Vice-Presidente
Lourival Baptista — PFL-SE

1º-Secretário
Jutahy Magalhães — PMDB-BA

2º-Secretário
Odacir Soares — PFL-RO

3º-Secretário
Dirceu Carneiro — PMDB-SC

4º-Secretário
João Castelo — PDS-MA

Suplentes de Secretário
Aluizio Bezerra — PMDB-AC
Francisco Rollemberg — PMDB-SE
João Lobo — PFL-PI
Wilson Martins — PMDB-MS

LIDERANÇA DO PMDB
Líder
Fernando Henrique Cardoso

Vice-Líderes
Fábio Lucena
João Calmon
José Fogaça
Lourenberg Nunes Rocha
Mauro Benevides
Olavo Pires
Raimundo Lira

LIDERANÇA DO PFL
Líder
Carlos Chiarelli

Vice-Líderes
João Menezes
Nivaldo Machado

LIDERANÇA DO PDS
Líder
Jarbas Passarinho

Vice-Líderes
Roberto Campos
Virgílio Távora

LIDERANÇA DO PDT
Líder
Maurício Corrêa

LIDERANÇA DO PSB
Líder
Jamil Haddad

LIDERANÇA DO PL
Líder
Itamar Franco

LIDERANÇA DO PMB
Líder
Antonio Farias

CÂMARA DOS DEPUTADOS

MESA
Presidente:
Ulysses Guimarães — PMDB

1º-Vice-Presidente:
Homero Santos — PFL

2º-Vice-Presidente:
Paulo Mincaroni — PMDB

1º-Secretário:
Paes de Andrade — PMDB

2º-Secretário:
Albérico Cordeiro — PFL

3º-Secretário:
Heráclito Fortes — PMDB

4º-Secretário:
Cunha Bueno — PDS

SUPLENTES:

Daso Coimbra — PMDB
Mendes Botelho — PTB
Irma Passoni — PT
Oswaldo Almeida — PL

LIDERANÇAS: MAIORIA
PMDB e PFL
Líder:
Carlos Sant'Anna

PMDB
Líder:
Luiz Henrique

Vice-Líderes:
João Herrmann
Miro Teixeira
Ibsen Pinheiro
Ubiratan Aguiar

PFL
Líder:
José Lourenço

Vice-Líderes:
Alceni Guerra
Inocêncio Oliveira
Mário Assad
Ricardo Izar
Sandra Cavalcanti
Erico Pegoraro
Jesus Tajra
Sarney Filho
Dionísio Hage
Iberê Ferreira
José Thomaz Nonó
Lucio Alcântara

PDS
Líder:
Amaral Netto

Vice-Líder:
Bonifácio de Andrada

PDT
Líder:
Brandão Monteiro

Vice-Líderes:
Amaury Müller
Vivaldo Barbosa
Adhemar de Barros Filho
Moema São Thiago

PTB
Líder:
Gastone Righi

PT
Líder:
Luiz Inácio Lula da Silva

Vice-Líderes:
Plínio Arruda Sampaio
José Genoíno

PL
Líder:
Adolfo Oliveira

Vice-Líder:
Afif Domingos

PC DO B
Líder
Aldo Arantes
Vice-Líder:
Eduardo Bonfim

PDC
Líder:
Siqueira Campos

Vice-Líderes:
José Maria Eymael
Sotero Cunha

PCB
Líder:
Roberto Freire

Vice-Líderes:
Fernando Santana
Augusto Carvalho

PSB
Líder:
Beth Azize

DATAS E PRAZOS DA ANC

- 1º de junho** — Termina a discussão e apresentação de emendas aos anteprojetos nas comissões temáticas.
- 8 de junho** — Apresentação do parecer do relator de cada comissão.
- 15 de junho** — Até esse dia, as comissões devem concluir e encaminhar seus projetos à Comissão de Sistematização.
- 25 de junho** — O relator da Comissão de Sistematização apresenta seu projeto.
- 30 de junho** — Acaba o prazo para apresentação de emendas e discussão do projeto do relator da Comissão de Sistematização.
- 15 de julho** — A Comissão de Sistematização conclui o esboço da nova Constituição e o entrega para debates

no plenário da Constituinte. Também nesta data começa o período para apresentação das emendas de populares que contam com apoio de 30 mil eleitores e de pelo menos três entidades associativas.

15 de agosto — Data em que as sugestões de plenário voltam para a Comissão de Sistematização. Também neste dia termina o prazo para apresentação das emendas de populares.

10 de setembro — Início de novas discussões em plenário.

1º de outubro — A Comissão de Sistematização começa a preparar o texto final.

30 de outubro — O texto final volta à apreciação do Plenário.

Quem é quem no Congresso Constituinte

ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE

MESA

Presidente:
Ulysses Guimarães

1º-Vice-Presidente:
Mauro Benevides

2º-Vice-Presidente:
Jorge Arbage

1º-Secretário:
Marcelo Cordeiro

2º-Secretário:
Mário Maia

3º-Secretário:
Arnaldo Faria de Sá

1º-Suplente de Secretário:
Benedita da Silva

2º-Suplente de Secretário:
Luiz Soyer

3º-Suplente de Secretário:
Sotero Cunha

LIDERANÇAS NA ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE

PMDB
Líder
Mário Covas

Vice-Líderes:
Euclides Scalco
Paulo Macarini
Antônio Pedrosa
Del Bosco Amaral
Robson Marinho
Antônio Britto
Gonzaga Patriota
Osmir Lima
José Guedes
Gidel Dantas
Henrique Eduardo Alves
Rose de Freitas
Ubiratan Aguiar
Vasco Alves
Miro Teixeira
Cássio Cunha Lima
Flávio Palmier da Veiga
Joaci Góes
Nestor Duarte

Antônio Mariz
Valmir de Luca
Raul Belém
Roberto Brandt
Mauro Campos
Hélio Manhães
Teotônio Vilela Filho

PFL
Líder
José Lourenço
Vice-Líderes:
Fausto Rocha
Ricardo Fiuza
Geovani Borges
Mozarildo Cavalcanti
Valmir Campelo
Messias Góis
Arolde de Oliveira
Gandi Jamil
Alércio Dias
Evaldo Gonçalves

PDS
Líder
Amaral Netto

Vice-Líderes:
Virgílio Távora
Henrique Córdova
Victor Faccioni

PDT
Líder
Brandão Monteiro

Vice-Líderes:
Amaury Müller
Adhemar de Barros Filho
Vivaldo Barbosa
Moema São Thiago

PTB
Líder
Gastone Righi

Vice-Líderes:
Sólon Borges dos Reis
Ottomar Pinto
Roberto Jefferson

PT
Líder
Luiz Inácio Lula da Silva

Vice-Líderes:
Plínio Arruda Sampaio
José Genoíno

PL
Líder
Adolfo Oliveira

PDC
Líder
Mauro Borges

Vice-Líderes:
José Maria Eymael
Siqueira Campos

PC DO B
Líder
Haroldo Lima

Vice-Líder:
Aldo Arantes

PCB
Líder
Roberto Freire

Vice-Líder:
Fernando Santana

PSB
Líder
Jamil Haddad

Vice-Líder
Beth Azize

PMB
Líder
Antonio Farias

SENADO FEDERAL

MESA
Presidente
Humberto Lucena — PMDB-PB

1º-Vice-Presidente
José Ignácio Ferreira — PMDB-ES

2º-Vice-Presidente
Lourival Baptista — PFL-SE

1º-Secretário
Jutahy Magalhães — PMDB-BA

2º-Secretário
Odacir Soares — PFL-RO

3º-Secretário
Dirceu Carneiro — PMDB-SC

4º-Secretário
João Castelo — PDS-MA

Suplentes de Secretário
Aluizio Bezerra — PMDB-AC
Francisco Rollemberg — PMDB-SE
João Lobo — PFL-PI
Wilson Martins — PMDB-MS

LIDERANÇA DO PMDB
Líder
Fernando Henrique Cardoso

Vice-Líderes
Fábio Lucena
João Calmon
José Fogaça
Louremberg Nunes Rocha
Mauro Benevides
Olavo Pires
Raimundo Lira

LIDERANÇA DO PFL
Líder
Carlos Chiarelli

Vice-Líderes
João Menezes
Nivaldo Machado

LIDERANÇA DO PDS
Líder
Jarbas Passarinho

Vice-Líderes
Roberto Campos
Virgílio Távora

LIDERANÇA DO PDT
Líder
Maurício Corrêa

LIDERANÇA DO PSB
Líder
Jamil Haddad

LIDERANÇA DO PL
Líder
Itamar Franco

LIDERANÇA DO PMB
Líder
Antonio Farias

CÂMARA DOS DEPUTADOS

MESA

Presidente:
Ulysses Guimarães — PMDB

1º-Vice-Presidente:
Homero Santos — PFL

2º-Vice-Presidente:
Paulo Mincarone — PMDB

1º-Secretário:
Paes de Andrade — PMDB

2º-Secretário:
Albérico Cordeiro — PFL

3º-Secretário:
Heráclito Fortes — PMDB

4º-Secretário:
Cunha Bueno — PDS

SUPLENTES:

Daso Coimbra — PMDB
Mendes Botelho — PTB
Irma Passoni — PT
Oswaldo Almeida — PL

LIDERANÇAS:

MAIORIA
PMDB e PFL
Líder:
Carlos Sant'Anna
PMDB
Líder:
Luiz Henrique

Vice-Líderes:
João Herrmann
Miro Teixeira
Ibsen Pinheiro
Ubiratan Aguiar

PFL
Líder:
José Lourenço

Vice-Líderes:
Alceni Guerra
Inocência Oliveira
Mário Assad
Ricardo Izar
Sandra Cavalcanti
Erico Pegoraro
Jesus Tajra
Sarney Filho
Dionísio Hage
Iberê Ferreira
José Thomaz Nonô
Lucio Alcântara

PDS
Líder:
Amaral Netto

Vice-Líder:
Bonifácio de Andrada

PDT
Líder:
Brandão Monteiro

Vice-Líderes:
Amaury Müller
Vivaldo Barbosa
Adhemar de Barros Filho
Moema São Thiago

PTB
Líder:
Gastone Righi

PT
Líder:
Luiz Inácio Lula da Silva

Vice-Líderes:
Plínio Arruda Sampaio
José Genoíno

PL
Líder:
Adolfo Oliveira

Vice-Líder:
Afif Domingos

PC DO B
Líder
Aldo Arantes
Vice-Líder:
Eduardo Bonfim

PDC
Líder:
Siqueira Campos

Vice-Líderes:
José Maria Eymael
Sotero Cunha

PCB
Líder:
Roberto Freire

Vice-Líderes:
Fernando Santana
Augusto Carvalho

PSB
Líder:
Beth Azize

DATAS E PRAZOS DA ANC

1º de junho — Termina a discussão e apresentação de emendas aos anteprojetos nas comissões temáticas.

8 de junho — Apresentação do parecer do relator de cada comissão.

15 de junho — Até esse dia, as comissões devem concluir e encaminhar seus projetos à Comissão de Sistematização.

25 de junho — O relator da Comissão de Sistematização apresenta seu projeto.

30 de junho — Acaba o prazo para apresentação de emendas e discussão do projeto do relator da Comissão de Sistematização.

15 de julho — A Comissão de Sistematização conclui o esboço da nova Constituição e o entrega para debates

no plenário da Constituinte. Também nesta data começa o período para apresentação das emendas de populares que contam com apoio de 30 mil eleitores e de pelo menos três entidades associativas.

15 de agosto — Data em que as sugestões de plenário voltam para a Comissão de Sistematização. Também neste dia termina o prazo para apresentação das emendas de populares.

10 de setembro — Início de novas discussões em plenário.

1º de outubro — A Comissão de Sistematização começa a preparar o texto final.

30 de outubro — O texto final volta à apreciação do Plenário.

Chega da Bahia a Primeira Emenda Popular

Primeiro bairro operário de Salvador, Caminho de Areia mobilizou 30 mil cidadãos da zona itapagipana que vão atuar diretamente na Constituinte. Antonio Filgueira Fortuna, morador na rua Celeste nº 2, encabeça a lista e terá direito de falar 20 minutos para explicar sua emenda constitucional aos parlamentares. Seu Antonio provou que é fácil participar da Constituinte, ao mesmo tempo em que dá uma demonstração de cidadania. Seu pedido é simples. Talvez nem seja matéria constitucional, mas certamente sensibilizará os parlamentares por uma Constituição que vá ao encontro das aspirações populares. Nesta página, você terá as recomendações de como usar essa conquista do povo garantida pelo Regimento da ANC, que é a emenda ao projeto constitucional de iniciativa popular.

Segundo as normas sua proposta chega lá

Dezoito emendas e pelo menos uma dezena de horas de debates foram gastas para que o Regimento Interno da Constituinte consagrasse o instituto da emenda de iniciativa popular.

O artigo 24 do Regimento fixa em 30 mil assinaturas ou mais de eleitores brasileiros, em listas organizadas, no mínimo por três entidades associativas, legalmente constituídas.

PROCEDIMENTOS

As comunidades organizadas e entidades que queiram participar oferecendo emendas ao projeto constitucional deverão atender algumas normas previstas no Regimento:

1. Na fase de coleta de assinaturas, é importante o nome legível do eleitor, endereço, número do título de eleitor, zona e secção de votação. Não serão aceitos outros documentos, nem mesmo a carteira de identidade. A verificação das 30 mil assinaturas e identificação dos eleitores serão feitas por amostragem.

2. A emenda proposta pela iniciativa popular deverá ser datilografada no verso do formulário próprio para a coleta das assinaturas, sem o que não poderá ser protocolada na Comissão de Sistematização da Constituinte.

3. O texto com a emenda e o conjunto de assinaturas deverão vir acompanhados de indicação do orador, que irá defender a proposta no plenário da Comissão de Sistematização. O Regimento garante a palavra por 20 minutos.

OS PRAZOS

Assim que a emenda de iniciativa popular for protocolada na Comissão esta terá 48 horas para decidir se a recebe. Os motivos

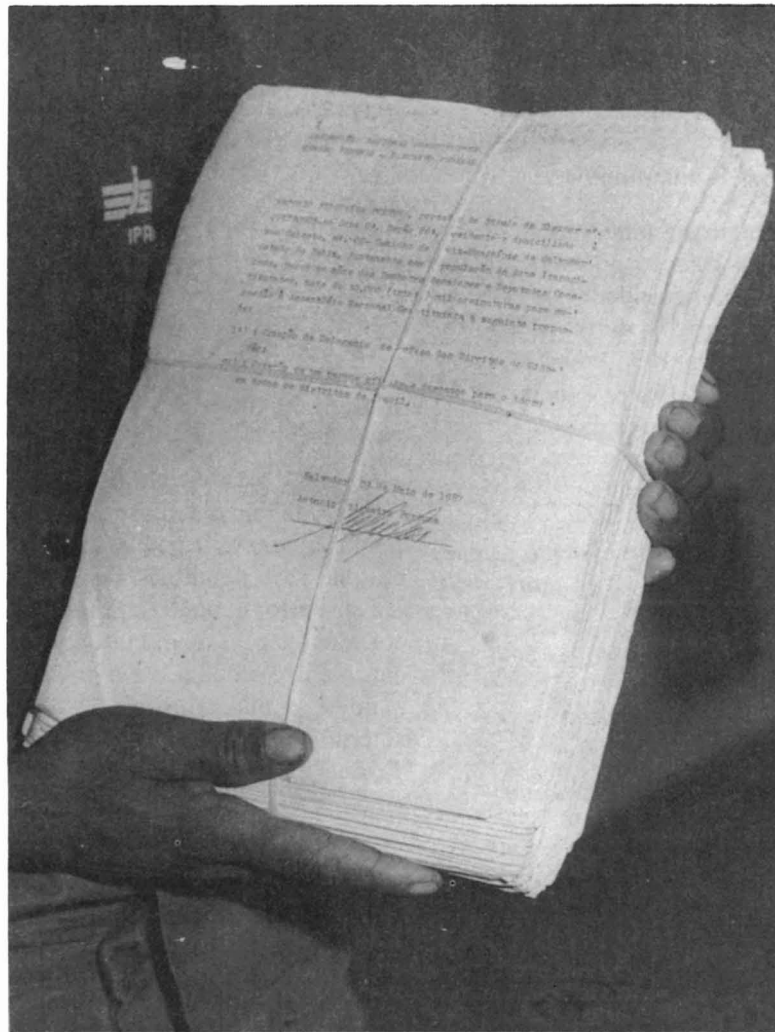
de uma eventual recusa só podem ser aqueles já enumerados: falta de identificação dos signatários, não uso do formulário ou por faltar o número estabelecido de eleitores.

Uma coisa é certa: a emenda não será recusada pela Comissão de Sistematização por seu conteúdo. O Regimento da Comissão garante que, mesmo havendo uma emenda igual de iniciativa de um parlamentar ou que conste no texto de uma comissão temática, a que for patrocinada por iniciativa popular terá sua tramitação normal.

A previsão da Comissão de Sistematização é de que as

emendas começarão a ser discutidas no seu plenário, na segunda quinzena de julho. Caso venha a ser rejeitada na Comissão de Sistematização, com a solicitação de apenas um constituinte, ela irá para o plenário geral da Assembléia Nacional Constituinte. Neste caso, entrará no rol das emendas que irão a plenário com parecer contrário da Comissão de Sistematização.

Um último detalhe previsto no Regimento: cada proposta deverá girar em torno de um único assunto, não importa o número de artigos que tenha a emenda ao projeto constitucional.



O que pensa quem foi votado

Miro Teixeira (PMDB — RJ) — A iniciativa popular foi um grande avanço que conquistamos no Regimento, e a demonstração desse avanço está no mérito desta primeira emenda popular que, sem dúvida, sensibilizará os constituintes.

Luiz Inácio Lula da Silva (PT — SP) — Quando o Partido dos Trabalhadores defendia a iniciativa popular entendia ser esta a única forma de a Constituinte poder discutir um retrato fiel das aspirações do povo brasileiro, mesmo porque o povo não tinha conquistado uma Constituinte livre e soberana.

Antonio Carlos Konder Reis (PDS — SC) — A iniciativa popular liderada pelo cidadão Antônio Fortuna é um testemunho da mais alta valia do desejo de participação do povo nas tarefas de elaboração da Constituição. É uma prova de que o povo está atento aos trabalhos dessa Assembléia.

Adolfo Oliveira (PL — RJ) — Esta primeira emenda de iniciativa popular é extremamente simpática. Sem dúvida, será aproveitada para uma futura lei federal. Chega a ser comovente pela sua singeleza.

Fernando Santana (PCB — BA) — A proposta da criação de uma Delegacia

de Defesa dos Direitos do Cidadão, encaminhada por Antonio Fortuna, deve merecer dos constituintes o mais amplo e decidido apoio, tornando realidade um dos aspectos que venham a garantir a cidadania do povo brasileiro.

Raquel Cândido (PFL — RO) — Toda iniciativa popular será sempre mais representativa porque é a que vem da alma do povo. É concreta e reflete as necessidades mais prementes da população. A iniciativa que a população de Caminho de Areia enviou pode parecer singela, mas significa uma vontade do povo de participar.

José Maurício (PDT — RJ) — É gratificante constatar que o povo brasileiro correspondeu à nossa luta para que ele pudesse participar da elaboração da Carta constitucional. É também uma resposta aos constituintes elitistas e integrantes da classe dominante que se antepunham a esta pretensão legítima do povo.

Lídice da Matta (PC do B — BA) — É com alegria que recebemos esta emenda do povo da península itapagipana. Esta gente tem tradição de luta nos movimentos populares, até porque foi o primeiro bairro operário de Salvador. Demonstra o amor do povo à democracia.

Escreva a sua CARTA

Aqui você, leitor, com a sua proposta, ajuda a fazer a nova Constituição

Partido Comunista

Srs. Constituintes

Até aqui achei três pequenas aventuras do nosso Presidente: registrar o Partido Comunista, fazer a reforma agrária e o caso do boi gordo. Não acha que é mexer-cobra com vara curta? Mesmo assim tenho confiança no Senhor Presidente, tenho certeza de que vai dar certo o Plano Cruzado. Maior fiscalização aos que escondem mercadorias.

Hamilton José Pereira
Contagem — MG

Extinção da CUT

Srs. Constituintes

(...) Dar liberdade de ação ao povo no campo político e social, mantendo o art. 1º, § 1º da atual Constituição. Limitar os poderes do Executivo, devolver as prerrogativas do Legislativo e dar autonomia ao Poder Judiciário. (...) ... extinção da CUT, criando uma outra organização, sem interferência política! (...)

Adélio de Freitas Vieira
Cianorte — PR

*Prática profissional:
exigência*

Srs. Constituintes

(...) Após terminar os estudos na faculdade, já com o diploma na mão, a pessoa tenta arrumar trabalho na área em que se formou, mas não consegue por causa dos pedidos de experiência que a firma exige. Como a pessoa terá experiência no trabalho se as firmas não dão chances para ela trabalhar? (...) ... alguma coisa deve ser feita por esses futuros trabalhadores.

Márcio de Paula Ramos
Santos — SP

Ensino Gratuito

Srs. Constituintes

Ensino gratuito em todos os níveis. (...) Eliminação do vesti-

bular. O analfabetismo precisa ser erradicado do País, e só conseguiremos isso com a garantia do ensino fundamental e obrigatório para todos. (...) Valorização do professor e melhoria de suas condições de trabalho e de remuneração. A criação de mais escolas estaduais e federais em todo o País. (...)

Maria Ivone dos Santos
Cerro-Corá — RN

Assalariados

Srs. Constituintes

A Constituinte veio em um momento propício. Nos trouxe bastante surpresa, o Brasil já começou a mudar, e, com isto, a população pode ficar mais ciente do Poder Legislativo, mas isto não é o bastante, porque os assalariados, principalmente os das empresas de instrumentos musicais, de brinquedos, de artefatos e couro, de estampanaria e outras, que são as firmas que mais dominam, recebem apenas o mínimo. (...)

Marcílio Moreira de Melo
Suzano — SP

Delinqüência Juvenil

Srs. Constituintes

“A televisão brasileira, de vez em quando, mostra a situação de jovens delinqüentes que tentam fugir das prisões. (...) Por que não fazemos escolas, internatos com sistema de profissionalização e muita assistência social para a formação desses jovens? Como já vimos, prisões só os tornam cada vez mais subversivos.”

Milvete Coeli Figueiras dos Santos
Abaetetuba — PA

Motorista aos 16 anos

Srs. Constituintes

“Eu gostaria que nessa nova Constituição houvesse autoriza-

ção para tirar carteira de habilitação para aqueles que tenham, no mínimo, 16 ou 17 anos. Em algum lugar no Brasil, já ouvi falar que tem menores dirigindo e guiando moto. Mas, aqui em Santos, acontecem muitos acidentes por fuga de menores tentando escapar da Polícia Militar. (...)

Valdir dos Santos Júnior
Santos — SP

Penitenciária Agrícola

Srs. Constituintes

(...) Não à pena de morte, porque quem tem direito de tirar a vida é Deus. Justiça igual para todos os ladrões da Pátria; devem ser presos e confiscados os seus bens. Penitenciária agrícola em todos os Estados, porque nós estamos tratando de bandidos e ainda damos abono para a família dos bandidos (...) Não à pena de morte, mas justiça para todos. (...)

Roberto da Silva
Três Rios — RJ

Altura de Prédios

Srs. Constituintes

Envio algumas sugestões: Em relação ao tamanho dos edifícios nas cidades que não sejam centros metropolitanos: construção de prédios com altura de 9 andares à beira-mar e 5 andares longe da costa.

Pena de morte para os criminosos reincidentes.”

Josué Plácido Mathdi
Santos — SP

Televisão:

Programas imorais

Srs. Constituintes,

(...) Proibir programas imorais nas televisões e nos meios

de comunicação. Queremos mais programas instrutivos nas televisões (por exemplo, Vila Sésamo), obrigar o ensino religioso nas escolas. Não liberar os tóxicos, ser mais rigoroso. Queremos mais justiça para todos, principalmente nos meios públicos. Pedimos segurança para a sociedade em geral.

Fioravante Bergamasco
Presidente Prudente — SP

Universidades

Srs. Constituintes

Uma nova maneira de se entrar na universidade, não pelo vestibular, quando se depende mais de sorte do que do estudo; poderia ser analisado o aluno em todo o seu período escolar, ou desde o ginásio, suas disciplinas e notas. Dar maior assistência às universidades de menores cidades, porque muitos alunos não têm possibilidade de ir à capital, para tirar seu curso na universidade. (...)

Elisângela Ferreira Santos
Ponta-Grossa — PR

Presidiários: Auto-sustento

Srs. Constituintes

(...) Nas penitenciárias: criar meios para que o detento possa, ele mesmo, em sua profissão, ou na qual seja habilitado, prover seu sustento, atuando o Estado, por seus agentes, como intermediário entre o detento e o povo, e ainda, pondo à disposição do detento em conta bancária 50% do que ele produzir, para que saque após o cumprimento da pena, abolindo-se o salário-prisão.

Anibal Nicolau
Caruaru

Prometer e cumprir

Srs. Constituintes

O País passa atualmente por graves dificuldades, muitas delas herdadas por Figueiredo dos governos anteriores. Os problemas são muitos: dívida externa, alto custo de vida (...) violência urbana etc. Nós precisamos de um bom Presidente, que saiba governar o País, que possa mudá-lo para melhor sem esses problemas citados acima. Que não só na hora do voto diz “eu prometo” e depois não cumprir. (...)

Silvana dos Santos
Santos — SP

Revolução de 64

Srs. Constituintes

“Que este País volte a ser o que era nos anos 64/70. Tempos bons nós que vivemos no campo. (...) Não hoje que se diz estar numa democracia e o bolso popular vive sempre furado. Viva a revolução de 64 que derrubou uma inflação de 100% para muito menos de 20%. Hoje os ricos estão cada vez mais ricos e os pobres cada vez mais lascados. (...)

Juarez Alvino de Mesquita
Chapadinha — MA

Menor abandonado

Srs. Constituintes

(...) Espero que esta nova Constituição não dê apoio apenas à burguesia, mas sim a todo o povo brasileiro, principalmente a classe baixa. Gostaria que fizessem uma lei que se preocupasse um pouco mais com o menor abandonado.

Jorge Alberto Cardoso Mesquita
Abaetetuba — PA